



50 ANOS

CONVENÇÃO FISCAL

Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

Rio de Janeiro, onde, em 1968,
a história das convenções começou



ANFIP-RJ
Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil no Rio de Janeiro



ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais
da Receita Federal do Brasil



Rio de Janeiro, onde, em 1968,
a história das convenções começou

Copyright @ 2018 - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP)

Nenhuma parte desta obra deverá ser produzida ou divulgada sem que seja citada a fonte

Também disponível em: www.anfip.org.br

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Vice-presidente responsável

Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade (Comunicação Social)

Redação e Edição

Ludmila Machado

Daiana Lima

Pesquisa Documental

Adriana Suhet

Ingrid Cordovil

Capa

Gilmar Vitalino

Editoração Eletrônica

Allan Vitalino

Agradecimento Especial

Mauro Justino (Administração)

ANFIP - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

CONSELHO EXECUTIVO

Floriano Martins de Sá Neto

Presidente

Sandra Tereza Paiva Miranda

Vice-presidente Executiva

Vanderley José Maçaneiro

Vice-presidente de Assuntos Fiscais

Luiz Cláudio de Araújo Martins

Vice-presidente de Política de Classe

Marluce do Socorro da Silva Soares

Vice-presidente de Política Salarial

Décio Bruno Lopes

Vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social

José Avelino da Silva Neto

Vice-presidente de Aposentadorias e Pensões

Dejanira Freitas Braga

Vice-presidente de Cultura Profissional e Relações Interassociativas

Ariovaldo Cirelo

Vice-presidente de Serviços Assistenciais

Eucélia Maria Agrizzi Mergár

Vice-presidente de Assuntos Jurídicos

Cesar Roxo Machado

Vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários

Carlos José de Castro

Vice-presidente de Administração, Patrimônio e Cadastro

Valdenice Seixas Elvas

Vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário

Jorge Cezar Costa

Vice-presidente de Finanças

Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade

Vice-presidente de Comunicação Social

Maria Aparecida Fernandes Paes Leme

Vice-presidente de Relações Públicas

Ilva Maria Franca Lauria

Vice-presidente de Assuntos Parlamentares

Paulo Correia de Melo

Vice-presidente de Tecnologia da Informação

CONSELHO FISCAL

Margarida Lopes de Araújo

Ercília Leitão Bernardo

Luiz Carlos Corrêa Braga

CONSELHO DE REPRESENTANTES

AC - **Heliomar Lunz**

AL - **Lindenbergue Fernando de Almeida**

AM - **Cleide Almeida Nôvo**

AP - **Emir Cavalcanti Furtado**

BA - **José Antônio Moreira Icó da Silva**

CE - **Tereza Liduína Santiago Félix**

DF - **Maria José de Paula Moraes**

ES - **Rozinete Bissoli Guerini**

GO - **Crésio Pereira de Freitas**

MA - **Antonio de Jesus Oliveira de Santana**

MG - **Ana Lucia Guimarães Silva**

MS - **Isabel Nascimento Elias Pereira**

MT - **Benedito Cerqueira Seba**

PA - **Maria Oneyde Santos**

PB - **Maria dos Remédios Bandeira**

PE - **Rita de Cássia Cavalcanti Couto**

PI - **Lourival de Melo Lobo**

PR - **Josemar Jorge Cecatto Santos**

RJ - **José Arinaldo Gonçalves Ferreira**

RN - **José Roberto Pimentel Teixeira**

RO - **Francisco Raia**

RR - **André Luiz Spagnuolo Andrade**

RS - **José Amilton Vieira Freire**

SC - **Luiz Carlos Aguiar da Silva**

SE - **Jorge Lourenço Barros**

SP - **Maria Beatriz Fernandes Branco**

TO - **José Carlos Rego Moraes**

COMISSÃO ORGANIZADORA DOS 50 ANOS

Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade

Coordenadora

Maria Aparecida Fernandes Paes Leme

Dejanira Freitas Braga

Carlos José de Castro

Jorge Cezar Costa

SUMÁRIO

Apresentação	9
--------------------	---

Convenções Nacionais

I Convenção Nacional	11
II Convenção Nacional	17
III Convenção Nacional	23
IV Convenção Nacional	29
V Convenção Nacional	35
VI Convenção Nacional	41
VII Convenção Nacional	47
VIII Convenção Nacional	53
IX Convenção Nacional	59
X Convenção Nacional	65
XI Convenção Nacional	71
XII Convenção Nacional	77
XIII Convenção Nacional	83
XIV Convenção Nacional	89
XV Convenção Nacional	95
XVI Convenção Nacional	101
XVII Convenção Nacional	107
XVIII Convenção Nacional	113
XIX Convenção Nacional	119
XX Convenção Nacional	125
XXI Convenção Nacional	131
XXII Convenção Nacional	137
XXIII Convenção Nacional	143
XXIV Convenção Nacional	149
XXV Convenção Nacional	155
XXVI Convenção Nacional	161

Convenções Extraordinárias

I Convenção Nacional Extraordinária	167
II Convenção Nacional Extraordinária	173
III Convenção Nacional Extraordinária	179
IV Convenção Nacional Extraordinária	185

APRESENTAÇÃO

Meio século já se passou desde a realização da I Convenção Nacional dos Fiscais e Inspectores de Previdência, que aconteceu em julho de 1968, no Rio de Janeiro, quando o estado ainda se chamava Guanabara, e onde também nasceu a ANFIP.

Passados 50 anos, a Associação Nacional reúne neste “livro memória” os principais fatos, acontecimentos, decisões e lutas desse período. Aqui pode-se constatar que a defesa da unidade da classe e a valorização da carreira sempre tiveram destaque nas ações da Entidade.

Este livro é também uma homenagem a todos que fizeram parte dessa história junto à ANFIP.

A “viagem no tempo” começa nas próximas páginas. Em todos os períodos, um breve relato de cada Convenção Nacional, ordinária e extraordinária, com resultado dos eventos, teses aprovadas e Conselhos Executivo, Fiscal e de Representantes.

Boa leitura!



I CONVENÇÃO NACIONAL

1968



NASCE UMA HISTÓRIA

NO ENTÃO ESTADO DA GUANABARA ACONTECEU A PRIMEIRA CONVENÇÃO NACIONAL DA ANFIP, QUE REUNIU FISCAIS E INSPETORES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

A história das Convenções Nacionais começa onde também nasceu a ANFIP, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1968, o Rio ainda era capital do estado da Guanabara, que deixaria de existir em 1975. A I Convenção Nacional dos Fiscais e Inspetores de Previdência foi realizada de 16 a 18 de julho de 1968 no auditório do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

A convocação anunciava que o evento: “deverá estabelecer as diretrizes a serem seguidas na elaboração e execução dos programas da Associação e eleger os Conselhos Executivo e Fiscal. Os estados estarão representados, na Convenção, por colegas eleitos pelos sócios efetivos quites de cada Unidade Federada”.

Em meio ao clima de novidade, a Convenção contou com representantes de 16 estados e do Distrito Federal. Os trabalhos foram feitos por seis comissões temáticas, que trataram de assuntos como Organização da Classe, Condições de Trabalho, Problemas Gerais da Previdência Social e Níveis Salariais. Nestes grupos menores acontecem discussões essenciais para a classe, pois permitem a análise em detalhes de temas que afetam a atuação profissional dos associados. Posteriormente, as decisões das comissões temáticas são discutidas no plenário de cada convenção.

O evento contou com a presença, entre outras autoridades, do presidente

do INPS, Luiz Torres de Oliveira, do presidente da Comissão Diretora do Funrural, Líbero Massari, do secretário de Pessoal, Jamal Chalhoub, e do secretário de Arrecadação e Fiscalização, Salvador Paulino Dutra.

Durante a convenção inaugural, foram aprovadas quatro teses, com os títulos “Financiamento pelo INPS de Máquinas de Escrever e Calcular aos Fiscais e Inspetores de Previdência”, “Lotação de Fiscais em Cidades-Sede”, “Especialização e Consolidação de Normas sobre as Condições de Trabalho da Fiscalização” e “Inclusão da Gratificação aos Proventos da Aposentadoria”.

Os três dias de atividades dos Fiscais e Inspetores terminaram com 24 resoluções aprovadas, sendo a primeira “Lutar pela unidade da classe, em torno da Associação Nacional, mantendo e prestigiando as atuais e estimulando a criação de novas associações estaduais.” Também foi definido que a sede da Entidade deveria ser na unidade da federação onde estiver sediada a Administração Central do INPS.

Nas questões trabalhistas, a Convenção decidiu, por exemplo, manifestar-se contra o excessivo deslocamento da fiscalização e defender a especialização, por meio de treinamento e rodízio adequados, em cada uma das múltiplas tarefas da Fiscalização de Previdência e Trabalho de todos os Fiscais e Inspetores. O plenário também demonstrou insatisfação com o excesso de modelos criados para uso na fiscalização.

Os convencionais ainda reconheceram o direito dos Fiscais e Inspetores a uma retribuição especial pela atualização de seguros de acidentes de trabalho e decidiram pleitear a incorporação da gratificação de produtividade dos proventos da classe, além de condenarem o sistema de aferição de produtividade por meio de pontos baseados em cargos burocráticos.



No balanço das atividades da I Convenção Nacional, ficou claro que o período foi essencial para unir Fiscais e Inspetores, como é possível ler no informativo veiculado depois do evento: “Certos estavam aqueles que, antes de qualquer campanha, pediam UNIÃO. Porque hoje podemos dizer aos colegas de todo o Brasil: vamos pedir, clamar, exigir o que é NOSSO DIREITO. Conscientes. Unidos. Organizados!”

CONSELHO FISCAL

Carlos André Bonow
Enir Colares de Medeiros
Rivaldo Pereira de Andrade

Suplentes:

Francisco Leandro de Sousa
Karl Studart Sousa Brasil
Gilberto Ferreira Alves



CONSELHO DE REPRESENTANTES

AL: Bento Justino de Souza Filho
CE: Walter José de Carvalho Rodrigues
DF: Jiro Shimizu
ES: Humberto Barreto dos Santos
GO: Benedito de Jesus Andrade Reis
Guanabara: Manoel Renato Moraes Rattes
MG: José Lamacié Ferreira
PA: Francisco Canindé Castelo de Souza
PR: Wilson da Silva Cardoso
PE: Geraldo Souza de Oliveira
RJ: Luiz Carlos C. Tourinho/Nelson Azevedo de Lima
RN: Mauro Teixeira Wanderley
RS: Ricardo Merker
SC: Ewaldo Mosimann
SP: Chafic Jabali
SE: Celso Dantas de Araújo

CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Ney Costa Santos

Vice-presidente Executivo: Sileno Fernandes

Vice-presidente de Política de Classe: Carlos Ferrerini Damico

Vice-presidente de Serviços Sociais: Autran de Oliveira Rocha

Vice-presidente de Relações Públicas: Walter Ribeiro

Vice-presidente de Cultura Profissional: Aluisio Souza Lima

Vice-presidente der Orçamento e Programação: José Hamilcar de Freitas

Vogal: Joaquim Batista Affonso

Vogal: Danclar Falcão

Vogal: Marino da Silveira Soares



Fiscais da Previdência reunidos: DF

Com sessão solene, instalou-se na tarde de ontem, nesta Capital, a Segunda Convenção Nacional, promovida pela Associação Nacional de Fiscais e Inspetores de Previdência, contando com a participação de cerca de sessenta previdenciários de todos os Estados da Federação.

A cerimônia foi presidida pelo sr. Joaquim Batista Afonso, presidente da ANFIP em presença de representantes do MTPS, INPS, DNPS, SESI, SESC, SENAC, Confederação Nacional da Agricultura, Confederação Nacional da Indústria, FUNRURAL e outras entidades ligadas às atividades previdenciárias, na qualidade de observadores, além de um representante da Federação Brasileira dos Bancos.

OBJETIVOS

Segundo declarações do presidente da ANFIP, a Segunda Convenção Nacional da entidade inicia um novo ano político na fiscalização previdenciária, buscando traçar as novas normas diretrizes da entidade.

Os objetivos principais

a fiscalização previdenciária choca-se com muitos e sérios problemas, que precisam de soluções de direito e de fato, que só o trabalho unificado pode dar.

ATIVIDADES

Após a sessão de instalação, foi realizada a eleição da mesa diretora, sendo eleito como coordenador-geral dos trabalhos o sr. Hélio de Azevedo, presidente da seção da Associação dos Fiscais e Inspetores da Previdência de Brasília.

Após, procedeu-se a constituição dos sete grupos de trabalho encarregados de estudar as propostas apresentadas, para sua seleção e aprovação em plenário.

O trabalho das comissões será iniciado hoje, às 9 horas, no salão de reuniões do Edifício do INPS, 6o. andar, Bloco L, Setor de Autarquias-Sul.

Finda a segunda etapa da reunião de ontem os convenionais se dirigiram à sede do clube Associação dos Previdenciários de Brasília, onde participaram de um churrasco de confraternização.

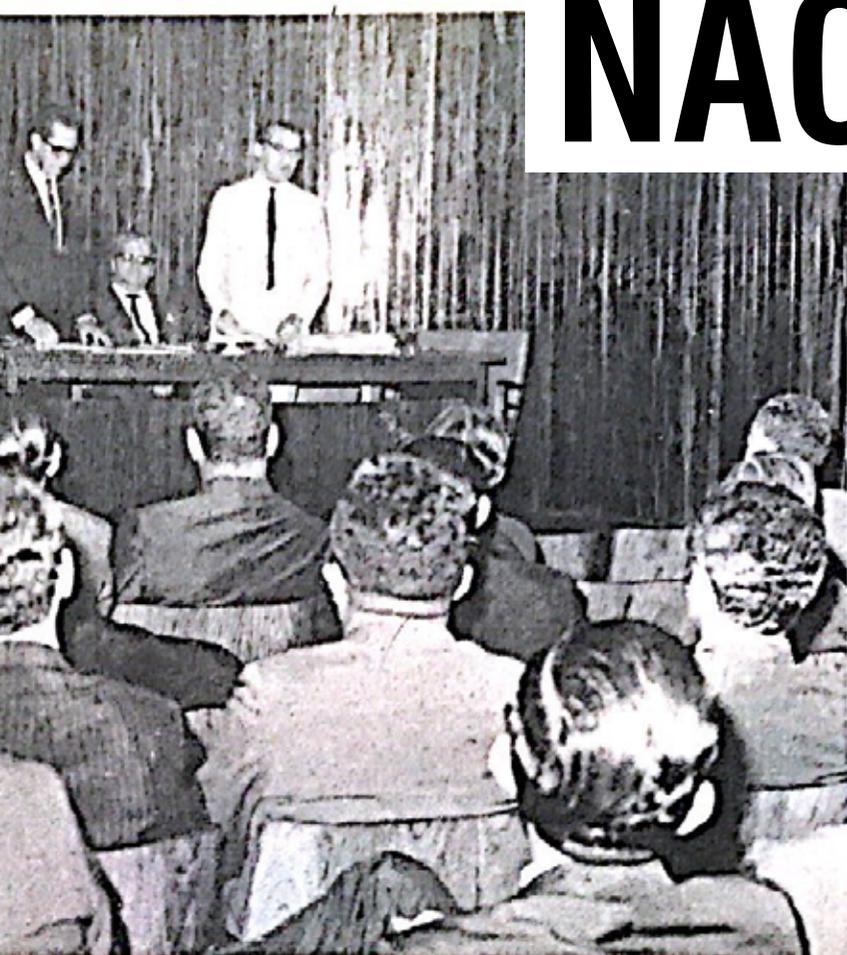


A cerimônia de instalação da II Convenção Nacional Social foi presidida pelo Sr. Joaquim Batista Afonso.



II CONVENÇÃO NACIONAL

1969



Convenção Nacional de Fiscais e Inspetores da Previdência Social, em 1969, com o presidente da ANFIP, Batista Afonso. Na foto, aspecto da instalação.



Foto: arquivo Correio Braziliense

ASSOCIAÇÃO SE CONSOLIDA E REIVINDICA VALORIZAÇÃO DO CARGO

**BRASÍLIA SEDIU A SEGUNDA
CONVENÇÃO EM UM MOMENTO QUE
MARCA A EFETIVA CONSOLIDAÇÃO DA
CARREIRA NA BUSCA POR MELHORES
CONDIÇÕES DE TRABALHO**

Após a realização da I Convenção Nacional, que representou uma grande vitória do idealismo da ANFIP com a tônica de debates voltada para o administrativo-jurídico, ou seja, para “arrumar a casa”, a II Convenção Nacional dos Fiscais e Inspectores de Previdência enfatizou os “problemas reivindicatórios”. O evento aconteceu em Brasília (DF), de 16 a 19 de julho de 1969, no auditório do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

É importante destacar que pouco antes da II Convenção, o Conselho Executivo da ANFIP foi recebido pelo ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, a quem foi feita longa exposição oral e entrega de documento que alertava a administração para a “situação funcional e denunciava a burocracia, o papelório e a falta de objetividade na execução e no comando do nosso trabalho”.

As reivindicações feitas incluíam a unificação dos quadros da Fiscalização do Trabalho e da Previdência; a fusão, em uma única denominação, das diversas séries de classe que compunham a Fiscalização do Trabalho e da Previdência; a regulamentação de atribuições que espelhassem a amplitude e a complexidade das atribuições da carreira; a definição de uma estrutura administrativo-fiscal que permitisse o pleno aproveitamento das qua-

lidades individuais e da potencialidade do grupo; a adequação dos métodos e dos instrumentos de trabalho a um programa objetivo de ação fiscal; a inclusão, nos proventos da aposentadoria, de toda a remuneração e vantagens percebidas pelos servidores da Fiscalização do Trabalho e Previdência; e o enquadramento e escalonamento definitivos da série de classes da unificação pretendida.

Durante a II Convenção Nacional, sete comissões foram criadas para a análise de teses, propostas e demais documentos pertinentes, assim distribuídas: Organização da Classe; Serviços Sociais; Condições de Trabalho, Segurança e Comando; Consolidação de Normas, Sistemas e Métodos de Fiscalização; Problemas Gerais da Previdência Social; Níveis Salariais; e assuntos gerais.

As Comissões aprovaram o total de nove teses com os títulos “Unificação da inspeção do Trabalho e Previdência Social”, “Modernização da Administração Fiscal da Previdência”, “Financiamento de veículos para os fiscais e inspetores de Previdência”, “Orientação de serviço, criando novo boletim de produção fiscal”, “Ação Fiscal – Projeto de Lei e Decreto”, “Escolha de sede e forma de pagamento da gratificação adicional”, “Memorial ao Ministro do Trabalho e Previdência Social”, “Boletim de Produção Fiscal” e “Treinamento, aperfeiçoamento e especialização”.

As teses e resoluções aprovadas serviram de base para a formulação de dezesseis resoluções da II Convenção, das quais destacamos:

- I – Alterar os Estatutos da ANFIP, visando a adequação da Entidade aos legítimos interesses da classe;
- II – Reconhecer que a unidade da classe é óbvia e imediata consequência das necessidades individuais e que a independência da associação é o limite da dignidade do grupo;
- III – Recomendar o esforço de todos os Fiscais e Inspectores de Previdência no sentido de prestigiar a associação e, sobretudo, dela participar;
- IV – manifestar sua satisfação pela elevação do diálogo mantido pela Associação e a Administração do INPS;
- V – Colaborar com o Ministério do Trabalho e Previdência para que se efetive a unificação da Fiscalização da Previdência com a Inspeção do Trabalho;
- VI – Sugerir à Administração do INPS que os cargos de chefia e assessoramento da linha de fiscalização e arrecadação sejam ocu-

pados por Fiscais e Inspetores de Previdência;
 VII – Propor alterações da Lei Orgânica da Previdência e do Regulamento Geral da Previdência Social para valorização da ação fiscal;
 VIII – Pugnar pela introdução de meios, modos e métodos que correspondam à racionalização da Fiscalização e à integração administrativa, funcional, estrutural e humana do sistema arrecadador-fiscal do INPS e MTPS;
 IX – Defender o aperfeiçoamento da Fiscalização;
 X – Condenar os prejuízos advindos dos excessos burocráticos na realização da produção fiscal;
 XI – Reiterar repulsa ao sistema de aferição de produtividade pela simples somas de cargas burocráticas;
 XII – Encaminhar ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) propostas de convencionais;
 XIII – Renovar o salário produtividade;
 XIV – Reivindicar tratamento humano para os servidores encanecidos [veteranos] no trabalho fiscal e reivindicar a inclusão, aos proventos da aposentadoria, das remunerações e vantagens percebidas pelos fiscais e Inspetores da Previdência e Inspetores do Trabalho.

CONSELHO FISCAL

Jiro Shimizu
 Francisco Sotero de Araújo Cruz
 Hélcio Favaro Bermudes
 Suplentes: José Rinelli de Almeida
 Benedito de Jesus Andrade Reis
 Ewaldo Mosiman

CONSELHO DE REPRESENTANTES

AL: Bento Justino de Souza Filho
AM: Nilo Marcos de Souza
BA: Everaldo Dias da Silva
CE: Francisco Markan Ferreira Gomes
DF: Hélio Azevedo
ES: Humberto Barreto dos Santos
GO: Aldahir Carneiro Monteiro
Guanabara: Manoel Renato Moraes Rattes
MA: José Ribamar Costa
MT: Geraldo Deschamps de Almeida
MG: José Lamáci Ferreira
PA: José Lourenço Guimarães
PB: Luís Porfírio de Brito
PR: Moacyr Piazzetta
PE: Geraldo Souza de Oliveira
PI: Humberto Machado Coelho
RJ: Manoel Renato de Moraes Rattes
RN: Fernando Homem Pires de Siqueira
RS: Og de Mello Fernandes
SC: Ney Walmor Hubner
SP: Chafic Jabali
SE: Durval Lima Santos



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Joaquim Baptista Affonso

Vice-presidente: Ney Costa Santos

Vice-presidente de Política de Classe: Domingos Ubaldo Lopes Ribeiro Filho

Vice-presidente de Relações Públicas: Sileno Fernandes

Vice-presidente de Cultura Profissional: Luiz Carlos de Castro Tourinho

Vice-presidente de Serviços Sociais: Autran Oliveira Rocha

Vice-presidente de Orçamento e Programação: Carlos Ferrerini Damico

Vogal: José Hamilcar Nogueira de Freitas

Vogal: José Lamaciê Ferreira

Vogal: Wilson da Silva Cardoso

Vogal: Sebastião de Almeida Vieira





III CONVENÇÃO NACIONAL

1971



FISCAIS UNIDOS POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

PARTICIPANTES REFORÇAM IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DA FISCALIZAÇÃO PARA A MANUTENÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A III Convenção Nacional foi realizada em Curitiba (PR), de 16 a 21 de julho de 1971, no Colégio Santa Maria e na Universidade Federal do Paraná, reunindo 56 convencionais, de todos os estados e do Distrito Federal. De acordo com o presidente da ANFIP, José Lamaciê Ferreira, Paraná foi escolhida por ser um dos polos de desenvolvimento do Brasil e pela simpática proposição que a delegação do estado apresentou na II Convenção Nacional, em Brasília.

O evento atraiu diversas autoridades, como o vice-governador do Paraná, Pedro Parigot de Souza, o secretário-executivo de Arrecadação e Fiscalização do INPS, Fernando Ferreira de Melo, e o superintendente regional do INPS no Paraná, Roberto Sérgio Correa Alves.

A III Convenção Nacional teve vários objetivos. Um deles foi reforçar a importância do trabalho da fiscalização para a arrecadação necessária à manutenção da Previdência Social. Também em pauta a melhoria dos métodos de trabalho e da remuneração dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias a fim de garantir melhores resultados institucionais. Outros temas debatidos foram

questões de cultura profissional, problemas previdenciários e de segurança social, e o código de ética profissional.

Na época, havia cerca de 4,8 mil Fiscais de Contribuições Previdenciárias, e a ANFIP já chamava a atenção para o baixo efetivo frente às demandas de fiscalização das milhares de empresas de todo o País.

Foram aprovadas dezenas de teses, discutidas por seis Comissões, com temas amplos, como “Distorções na aplicação das normas de aferição de produtividade”, “Treinamento, aperfeiçoamento e especialização” e “Condições de trabalho”. Entre as resoluções, merece destaque a de lutar para que os fiscais maiores de 55 anos passassem para o serviço interno.

Uma curiosidade é que Fiscais, em especial da região amazonense, apresentaram proposta para aquisição de embarcações para o exercício de suas atividades, alegando que ficavam cerca de 90 dias viajando, muitas vezes em poucas embarcações particulares ou oficiais existentes. A proposição para financiamento dessas embarcações foi aprovada, sendo classificada pelo conselheiro Joaquim Baptista Affonso uma “questão de honra a aquisição de lanchas para o trabalho fiscal”.

As proposições refletiram ainda o empenho permanente da ANFIP em desenvolver propostas que pudessem ser aproveitadas pelo poder público na elaboração de políticas de desenvolvimento econômico e social em prol dos trabalhadores e do setor produtivo nacional.

De acordo com Lamaciê, os resultados da Convenção iriam além da promoção da unidade da classe de Fiscais. “Também serão benéficos às classes trabalhadoras que têm na Previdência Social seu refúgio”, frisou. Além disso, ressaltou: “a classe sai do evento mais integrada, consciente e amadurecida”.



As teses apresentadas sensibilizaram a Secretaria de Arrecadação e Fiscalização do Instituto Nacional de Previdência Social e foram alvo de estudo pela assessoria do órgão.

A Secretaria declarou posteriormente, em correspondência à ANFIP, que vários programas realizados pelo órgão tinham como base os resultados de debates em eventos como a Convenção Nacional, assim como modificações em instruções normativas.

CONSELHO FISCAL

Diógenes Peixoto Accioly
Francisco Markan Ferreira Gomes
Jabs Conti
Luiz Batista de Alencar
Og de Melo Fernandes



CONSELHO DE REPRESENTANTES

AL: Bento Justino de Souza Filho
AM: Nilo Marcos de Souza
BA: José Magalhães Salinas
CE: Tarcísio Irapuã Sales
DF: Jiro Shimizu
ES: Mário Severio Corteletti
GO: Dorval Doro
Guanabara: Francisco Leandro de Souza
MA: Antonio Martins Bittencourt
MT: Martiniano Quadros
MG: Amador da Silva Martins
PA: Ênnio Magalhães Soares da Câmara
PB: José Procópio de Barros
PE: Geraldo de Souza Oliveira
PI: Humberto Machado Coelho
PR: Moacyr Piazzetta
RJ: Antonio da Silva Rego
RN: Dácio Bezerra de Azevedo
RS: Roque Coimbra
SC: Ney Walmor Hubner
SE: Durval Lima Santos
SP: Sebastião de Almeida Vieira



CONSELHO EXECUTIVO**Presidente:** José Lamaciê Ferreira**Vice-presidente Executivo:** Autran de Oliveira Rocha**Vice-presidente de Política de Classe:** Marino da Silveira Soares**Vice-presidente de Serviços Sociais:** Carlos Gonçalves de Azevedo**Vice-presidente de Orçamento e Programação:** Izael de Mello Rezende**Vice-presidente de Cultura Profissional:** Wilson da Silva Cardoso**Vice-presidente de Relações Públicas:** Ney Costa Santos**Vogal:** Joaquim Baptista Affonso**Vogal:** Sebastião de Almeida Vieira**Vogal:** Carlos Ferrerini Damico**Vogal:** Luiz Carlos de Castro Tourinho



IV CONVENÇÃO NACIONAL

1973



PEREGRINOS DA PAZ SOCIAL

IV CONVENÇÃO NACIONAL SE DEPARA COM NOVA REALIDADE FUNCIONAL E CONVENCIONAIS APROFUNDAM DEBATES SOBRE A VALORIZAÇÃO DA CARREIRA

“A velha e sempre nova capital da Bahia, mosaico de tradições e modernismo, patrimônio nacional da nacionalidade e da cristandade é, para nós, servidores fiscais do INPS, a nova Meca para onde se encaminham os nossos peregrinos da Paz Social – os Convencionais à Quarta Convenção”. Este foi o registro feito em informativo para retratar a realização, em Salvador, da IV Convenção Nacional dos Fiscais e Inspetores de Previdência, de 16 a 21 de julho de 1973.

Considerados “peregrinos da Paz Social”, os convencionais tiveram como pauta funcional a implantação do novo plano de classificação de cargos. “Sabemos que ele é a efetivação da Reforma Administrativa, que

é, por seu turno, um dos pilares do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento, no que diz respeito à Administração de Pessoal”, revela a publicação da ANFIP.

Para tratar dos temas pertinentes à categoria, seis Comissões se debruçaram na análise das cerca de cinquenta teses e propostas apresentadas sobre o Boletim de Atualização Fiscal; a criação da Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional para a Fiscalização do Sistema de Seguridade Social; a inclusão do nome e endereço do responsável técnico pelos documentos fiscais e contábeis das empresas; a alteração da LOPS (Lei Orgânica da Previdência Social); entre outros assuntos.

Como bem lembrado nos documentos da Convenção, os problemas sociais e os problemas funcionais constantemente mudam de forma e sempre se renovam. “A ANFIP é nosso escudo. Para isto foi criada, e cada dia mais se firma como tal. Daquela situação confusa, de muitos IAPs (Instituto de Aposentadoria e Pensões) e muitas associações por IAP, partimos firmemente para associação nacional única, nos idos de 1967. Aquele pequeno grupo de abnegados hoje constitui maioria plena, e cresce cada dia”. E assim a ANFIP foi se consolidando ano após ano na defesa dos direitos e interesses da carreira, conquistando respeito e formalizando um trabalho ético e transparente.



CONSELHO FISCAL

Oriel Diniz Valle
 Conceição de Maria Almeida Utta - **1ª mulher a assumir posto no CF**
 Antonio Martins Bittencourt
 Wilson da Silva Cardoso
 Mário Sevério Corteletti

**CONSELHO DE REPRESENTANTES**

AL: Milton Pimentel Pradines
AM: Antonio Braga Teixeira
BA: Jorge Lio de Almeida Fernandes
CE: Gilberto Nobre Cavalcante
DF: Roberto Moacyr Duque
Guanabara: Afonso Ligório de Teixeira
GO: Dorval Doro
ES: Djalma Ferreira Coutinho
MA: Janir da Silva Gedeon
MT: Roosevelt de Campos Borges
MG: Aloisio de Melo
PA: Ênnio Magalhães Soares da Câmara
PB: Eliel Lopes de Medeiros
PR: Moacyr Piazzetta
PE: Juracy Nunes Machado
PI: Cleto de Oliveira Paes Landim
RJ: Dálgio Ribeiro de Mendonça
RN: José do Vale
RS: Nelson Azmus Peres
SC: Abrahão Salum Netto
SP: Carmelo de Benedetto
SE: Antônio Pádua de Oliveira



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Og de Melo Fernandes

Vice-presidente Executivo: Autran de Oliveira Rocha

Vice-presidente de Política de Classe: José Lamacié Ferreira

Vice-presidente de Relações Públicas: Sebastião de Almeida Vieira

Vice-presidente de Cultura Profissional: Roswílcio José Moreira Góis

Vice-presidente de Orçamento e Programação: Luiz Carlos de Castro Tourinho

Vogal: Carlos Gonçalves de Azevedo

Vogal: Manoel Joaquim Amorim

Vogal: Lizânias Tavares

Vogal: Anilton Lentz dos Santos

Vogal: Geraldo Souza de Oliveira





V CONVENÇÃO NACIONAL

1975



FISCALIZAÇÃO E SEGURIDADE SOCIAL

**ESTRUTURA REMUNERATÓRIA
E FORMATAÇÃO DO MINISTÉRIO
DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA
SOCIAL VISANDO O INCREMENTO NA
FISCALIZAÇÃO FORAM OS PRINCIPAIS
TEMAS TRATADOS NO EVENTO**

A capital de Minas Gerais foi a sede da V Convenção Nacional, realizada de 16 a 22 de julho de 1975, no Auditório da Colônia de Férias do SESC. Na cerimônia de abertura, o presidente da ANFIP, Aloísio de Melo, ressaltou que a Convenção objetiva “o debate e a apresentação de proposições que envolvam, além do interesse da classe, o interesse do público”. Assim, um dos temas principais foi o Plano de Classificação de Cargos. Foram tratadas ainda questões como a estruturação do Ministério da Previdência e Assistência Social, o incremento na fiscalização das contribuições previdenciárias e os desafios previdenciários e da Seguridade Social.

Ao todo, foram apresentadas 17 teses e também discutidas alterações estatutárias. As teses de interesse público e da classe visavam, sobretudo, o aperfeiçoamento da atividade dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias, na medida em que o trabalho dos servidores garante a arrecadação para manter e ampliar benefícios previdenciários. Assim, a Convenção aprovou como metas a serem defendidas pela Entidade, entre outros pontos, a criação da Escola de Formação e Aperfeiçoamento Profissional para a Fiscalização do Sistema de Seguridade Social, a criação do cargo de Assistente do Chefe de Grupo Fiscal e medidas de valorização profissional.

Em relação à ANFIP, uma das principais decisões da Convenção foi a determinação ao Conselho Executivo para que elaborasse um Regimento Interno a ser apreciado na VI Convenção.

O evento contou com a presença do vice-governador de Minas Gerais, Levindo Ozana Coelho, do secretário de Arrecadação e Fiscalização do INPS, Lineo Emilio Kluppel, do superintendente regional do INPS em Minas, Ibraim da Silva, e do subsecretário de Arrecadação e Fiscalização do INPS no estado, Luiz Marcos Moreira, entre outros.

Para o superintendente Regional do INPS em Minas Gerais, Ibraim da Silva, a Convenção da ANFIP, entidade representativa dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias, teve grande importância. “Dentro do órgão voltado para o social, o Ministério da Previdência e Assistência Social, os fiscais têm uma responsabilidade imensa para com a população brasileira, com a função de garantir verbas para programas de justiça social, que atendem os mais necessitados.”

O secretário de Arrecadação e Fiscalização do INPS, Lineo Emilio Kluppel, reforçou a visão. “A Previdência assume neste momento histórico grande importância, sendo nela encontrada a fórmula conciliadora para aliviar as tensões sociais, formar uma poupança interna para atender a novos investimentos, e, neste contexto, estão evidentes a coesão e consciência social e profissional da classe fiscal, a qual tem como objetivo maior o bem-estar social da comunidade.”

A V Convenção também foi o palco onde foram eleitos os novos dirigentes da Entidade para o período 1975/1976. Formaram-se duas chapas, no fim sendo eleita a encabeçada pelo Fiscal Vicente José Rocco.



CONSELHO FISCAL

Antonio Pádua de Oliveira
 Cláudio Lobo Assumpção
 Cleto de Oliveira Paes Landim
 João Maria Fontoura
 Mauro Teixeira Wanderley



CONSELHO DE REPRESENTANTES

AL: Milton Pimentel Pradines
AM: Antonio Braga Teixeira
BA: Arnaldino Moraes Pitta
CE: Juarez Távora Arruda
Guanabara: Hilton Mariz da Silva
ES: Amaury Nogueira da Silva
GO: José Inácio da Fonseca
MA: Janir da Silva Gedeon
MT: Roosevelt de Campos Borges
MG: Paulo Lima de Almeida
PA: Ênio Magalhães Soares da Câmara
PB: Eliel Lopes de Medeiros
PR: Antonio Leodoro da Silva Júnior
PE: João Rodrigues Adeodato
PI: João Batista Ferreira da Silva
RJ: Antonio Juarez de Oliveira
RN: Fernando Pires Homem de Siqueira
RS: Bruno Fioravante Gemin
SC: Mauro Laurindo Pinheiro
SP: Antonio Barone Andrigo
SE: Antonio Vasconcellos Cardoso
DF: Álvaro Paim



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Aloísio de Melo

Vice-presidente Executivo: Carlos Gonçalves de Azevedo

Vice-presidente de Serviços Sociais: Luiz Carlos de Castro Tourinho

Vice-presidente de Relações Públicas: Ney Costa Santos

Vice-presidente de Cultura Profissional: Og de Melo Fernandes

Vice-presidente de Política de Classe: Marino da Silveira Soares

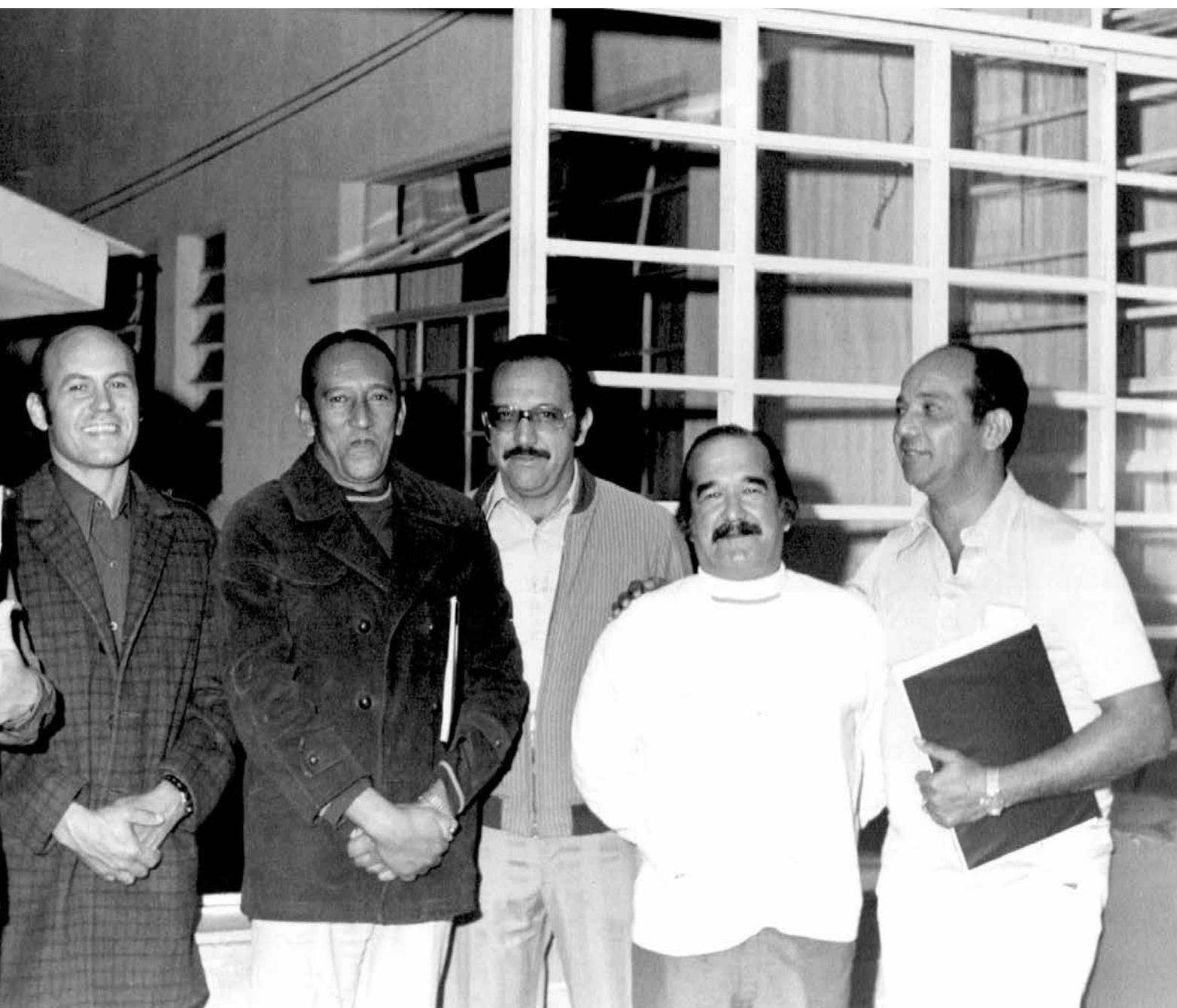
Vice-presidente de Orçamento e Programação: Jorge Lio de Almeida Fernandes

Vogal: Autran de Oliveira Rocha

Vogal: Jabs Conti

Vogal: Sebastião de Almeida Vieira

Vogal: Francisco Sotero de Araújo Cruz





VI CONVENÇÃO NACIONAL

1977



FORTALEZA RECEBE FISCAIS DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

**NOVOS DESAFIOS PARA A
CARREIRA ACARRETAM A
MODERNIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO,
COM REFORMAS DOS ESTATUTOS E
REGULAMENTO INTERNO,
E DEBATE ORÇAMENTÁRIO**

“Sob os augúrios de um êxito que se pretendeu obtidos em toda sua plenitude, dentro dos objetivos mais pragmáticos de um silogeu de precedentes sérios e sadios, Fortaleza, a heróica terra do Dragão do Mar, que primeiro proscreveu a escravatura no Brasil, nos idos de 1883, muito orgulhosa se sentiu em anfitrião mais uma Convenção Nacional -a VI- dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias de todo o Brasil”. É desta maneira que os informativos retrataram a realização da VI Convenção Nacional, em Fortaleza (CE), de 18 a 23 de julho de 1977.

A Reforma dos Estatutos e a Análise e Aprovação do Regulamento Interno das Associações foram os dois principais pontos de debate da Convenção. Segundo avaliação, os convencionais deram um “brilhante exemplo de democracia pura, de altruísmo e de espírito

público na condução harmônica de interesses quase sempre heterogêneos”.

As Comissões de Interesse Público e de Interesse de Classe foram as responsáveis pela deliberação de 39 teses, envolvendo assuntos das mais expressivas significações, não somente para a classe, mas para os contribuintes e a própria Instituição de Previdência. “A lisura e a exação com que se houveram essas duas comissões não lhes consagraram a adjetivação de grandeza pelo número dos seus dedicados componentes, mas, sobretudo, pelas excepcionais qualidades fraternas e humanas dos que as compuseram”, registra publicações do evento.

Dentre as teses aprovadas pela Comissão de Interesse Público estão: “Confissão de Dívida Fiscal”; “Notificações de débitos pelo computador”; “Certificado de Quitação”; “Consultas do BNH ao INPS”; “Obtenção de Carnê sem a comprovação da Prestação de Serviço”. Já entre as teses aprovadas pela Comissão de Interesse da Classe estão: “Alterações nos processos eleitorais da ANFIP”; “Uniformização das Publicações das Instruções Administrativas”; “Reedição do Manual de Fiscalização”; “Precariedade das Condições de Trabalho do Fiscal”.

Na Convenção também ocorreu um intenso debate orçamentário, já que a VI Convenção analisou todos os gastos anteriores, envolvendo especialmente a realização dos eventos.



CONSELHO FISCAL

Dácio Bezerra de Azevedo
 Rigoberto de Souza
 Antonio Leodoro da Silva Júnior
 Ênnio Magalhães Soares da Câmara
 Eddie Parish

**CONSELHO DE REPRESENTANTES**

AL: Milton Pimentel Pradines
AM: Antonio Braga Teixeira
BA: Jayme de Araújo Vianna
CE: Robério Dias Barroso
DF: Gilson Ferreira de Matos
GO: José Inácio da Fonseca
ES: Benedito Lucas Simões
MA: Yomar Victal da Costa Ferreira
MT: Roosevelt de Campos Borges
MG: Gil Costa Nogueira
PA: José Geraldo de Lima Araújo
PR: João Maria Fontoura
PB: Eliel Lopes de Medeiros
PE: Delmar da Cunha Batista
PI: Raimundo Arari Ferreira Lima
RJ: Sidney Gonçalves Ramos
RN: Fernando Pires Homem de Siqueira
RS: Kelly Paes Alves
SC: Raul Miguel de Souza
SP: Agenor Madella
SE: Celso Dantas de Araújo



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente do Conselho Executivo: Silvio Andriotti Silveira

Vice-presidente Executivo: Autran de Oliveira Rocha

Vice-presidente de Cultura Profissional: Hélio Teixeira da Fonseca

Vice-presidente de Orçamento e Programação: João Tavares de Souza

Vice-presidente de Relações Públicas: Antônio Pádua de Oliveira

Vice-presidente de Política de Classe: Aloisio de Melo

Vice-presidente de Assuntos Regionais: Vicente José Rocco

Vice-presidente de Informações: Jiro Shimizu

Vice-presidente de Serviços Sociais: Carlos Gonçalves de Azevedo

Vogal: Antônio Martins Bittencourt

Vogal: Mário de Souza Araújo

Vogal: Manoel Joaquim Amorim

Vogal: David Bartolomei Júnior

Vogal: Jabs Conti

Vogal: Benedito Cesar





VII CONVENÇÃO NACIONAL

1979



CLASSE REÚNE-SE EM MOMENTO DIFÍCIL

MUDANÇA DE GOVERNO, TROCAS NAS CHEFIAS DA FISCALIZAÇÃO E DE ÓRGÃOS PÚBLICOS E DEFASAGEM SALARIAL MARCAM OS DEBATES ENTRE OS CONVENCIONAIS

A VII Convenção Nacional da ANFIP teve lugar em Niterói (RJ), de 16 a 21 de agosto de 1979. Ao todo, 62 convencionais de 21 estados conduziram discussões plenárias que se tornaram reconhecidas pelo alto nível e interesse público. À frente da ANFIP, o presidente Nemyr Onofre Serpa, do Rio Grande do Sul.

O contexto em que ocorreu a Convenção no Rio foi um dos mais difíceis para a classe fiscal, com a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas), mudança de governo, mudança de chefias da fiscalização e de órgãos como o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). Assim, os convencionais se debruçaram sobre temas relativos a esses acontecimentos.

Já se discutia também a defasagem do salário dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias (FCPs) em relação aos fiscais de estados e municípios, assim como a equiparação remuneratória com os Fiscais de Tributos Federais, que ganhavam cerca de 40% a mais.

Foram aprovadas 56 teses, das quais 40 diziam respeito a assuntos de interesse público; as demais, tratavam especificamente sobre pleitos da classe. É possível destacar sugestões sobre o estabelecimento de critérios mais reais na concessão de benefícios por parte da Previdência Social; bases técni-

co-legislativas para a elaboração de projeto de lei de um Código Processual Previdenciário; e a criação de Escolas de Previdência Social (tese transformada em proposição e encaminhada ao Centro de Treinamento da Secretaria de Arrecadação e Fiscalização). Outras teses visavam à reformulação do Regimento Interno da ANFIP e providências a serem tomadas pelo Conselho Executivo.

Chama a atenção também a aprovação de moção de apoio e solidariedade à reintegração de FCPs que haviam sido afastados pela ditadura militar, por meio dos Atos Institucionais, culminando na resolução que solicitou a autoridades ministeriais que se pronunciassem pela reintegração desses servidores.

A Convenção teve ainda momentos de reconhecimento a figuras que contribuíram muito para o desenvolvimento da classe, como as homenagens ao ex-secretário de Arrecadação e Fiscalização Fernando Ferreira de Mello e ao Fiscal Autran de Oliveira Rocha, que, por encarnar ideais associativistas, foi eleito patrono da ANFIP. “A minha maior retribuição à contribuição que dei à ANFIP é exatamente ter a oportunidade de conhecer e contar com amigos e colegas que também ajudam a construir a Entidade”, frisou Autran de Oliveira.

Outro ponto alto foi a presença do secretário de Arrecadação e Fiscalização, Milton Gomes, que apresentou aos convencionais metas, diretrizes, planos e objetivos do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) para incrementar a fiscalização e a arrecadação. “Pretendemos desenvolver um trabalho conjunto com os Fiscais e a ANFIP, cientes de que não somos donos da verdade e que os processos são passíveis de alterações e aperfeiçoamento.”

O secretário assumiu na ocasião o compromisso de considerar as proposições aprovadas pela Convenção na elaboração de atos de aperfeiçoamento do trabalho fiscal. Também se comprometeu em discutir pontos que inquietavam os Fiscais, como a falta de valorização do trabalho, a defa-



sagem no quadro de pessoal e a perda do poder aquisitivo dos aposentados, cuja gratificação de produtividade não se somava aos seus vencimentos.

No encerramento da VII CN, em nome dos convencionais, o Fiscal Pedro Dittrich, que viria mais tarde a ser presidente da ANFIP, expressou parte do sentimento dos participantes da VII Convenção: “Nosso objetivo é mostrar um trabalho sério, conciso e real em busca do sustento da Previdência Social pública brasileira e esta Convenção reflete isto nas proposições que aprovou, além do comprometimento da classe e da ANFIP”.

CONSELHO FISCAL

Guy Calheiros Gomes de Barros
 João Martin Rúbia
 José Inácio da Fonseca
 Odon Alves Ferreira
 Wilton Moreti Gama



CONSELHO DE REPRESENTANTES

AL: Milton Pimentel Pradines
AM: Antonio Braga Teixeira
BA: Jayme de Araújo Vianna
CE: Sebastião Romero
DF: Jary de Brito Freire
GO: João Elias Fonseca
ES: Mário Sevério Corteletti
MA: Carlos Alberto Reis de Andrade
MT: Roosevelt de Campos Borges
MG: Marcelo Vianna
PA: Itamoary de Jesus Barros
PB: Mário de Souza Araújo
PR: Wilson da Silva Cardoso
PE: Rigoberto de Souza
PI: Raimundo Arari Ferreira Lima
RJ: Ary Rodrigues Ribeiro
RN: Fernando Pires Homem de Siqueira
RS: Arthur Alquati Freitas
SC: Aldo Souza
SP: Pedro Augusto Sanchez
SE: Antonio Vasconcelos Cardoso



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Nemir Onofre Serpa

Vice-presidente Executivo: Afonso de Ligório Teixeira

Vice-presidente de Relações Públicas: Hélio Teixeira da Fonseca

Vice-presidente de Informações: Dilson Escorel Meira

Vice-presidente de Política de Classe: Gil Costa Nogueira

Vice-presidente de Orçamento e Programação: Gilberto Nobre Cavalcante

Vice-presidente de Assuntos Regionais: Anilton Lentz dos Santos

Vice-presidente de Cultura Profissional: Aniceto Martins

Vice-presidente de Serviços Sociais: Izaac Abreu Filho

Vogal: Cleto de Oliveira Paes Landim

Vogal: Joaquim Baptista Affonso

Vogal: Antônio Pádua de Oliveira

Vogal: Lincoln Zacharias do Carmo

Vogal: Hélio Azevedo

Vogal: Jabs Conti





VIII CONVENÇÃO NACIONAL

1981



CONVENÇÃO DEBATE FUTURO DA PREVIDÊNCIA

PREVIDÊNCIA SOCIAL PERMEOU OS DEBATES EM PLENÁRIO E CONVENCIONAIS SE DEBRUÇARAM NA ANÁLISE DE TESES, QUE TIVERAM GRANDE NÚMERO DE APROVAÇÃO

A VIII Convenção Nacional de Fiscais de Contribuições Previdenciárias aconteceu em Gramado (RS), de 17 a 21 de agosto de 1981, com encerramento realizado no Salão Nobre da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

O sucesso dos trabalhos desenvolvidos nos seis dias de Convenção pôde ser visto no resultado das Comissões de Interesse Público e de Interesse de Classe, que analisaram um total de 78 teses, com 72 aprovadas e apenas seis rejeitadas. O trabalho desenvolvido pelo Plenário também abordou a reforma do Estatuto Social e, principalmente, o estudo das origens da crise que a Previdência Social atravessava.

Na oportunidade, o superintendente do IAPAS no Estado do Rio Grande do Sul, Athos Rodrigues, fez um panorama político e econômico da Previdência. “O senhor ministro tem trabalhado nos últimos dias em cima das modificações possíveis de serem aplicadas no sistema previdenciário, buscando superar efetivamente os seus problemas mais graves. Os primeiros relatórios já foram entregues ao senhor presidente da República. (...) A Previdência Social pode ser resumida como um conjunto de disposições legais e de medidas administrativas correspondentes, vocacionado a carrear recursos da popu-

lação economicamente ativa para a fração mais carente do contingente aposentado. A Seguridade Social é função estatal prioritária, genuína conquista dos trabalhadores e resultado inequívoco do compromisso que tem o Estado de promover as condições necessárias para que todos os seres humanos tenham direito a uma situação vital básica, implicando tal garantia, no plano econômico, o envolvimento dos setores produtivos de uma nação.”

Dentre as teses aprovadas, por unanimidade, pela Comissão de Interesse da Classe, estão: criação do formulário SAF 145-A (Discriminativo dos Fatos Geradores); exercício da advocacia; vinculação da seção de Apoio à Fiscalização, Técnica e Administrativamente à Chefia da Região Fiscal; a incorporação de produtividade na aposentadoria; aferição de pontos; Código de Ética.

Já a Comissão de Interesse Público aprovou, por unanimidade, dentre outras, as seguintes teses: Eliminação do pagamento de diferenças complementares do custo dos serviços da Assistência Patronal; Reconhecimento do direito à companheira do servidor das entidades do SINPAS como assistida da assistência patronal, em idênticas condições ao que preceitua a LOPS; Pagamento de substituições de DAS (Direção e Assessoramento Superior) e DAI (Direção e Assistência Intermediária) em quaisquer circunstâncias; Filiação de Segurados; A situação do segurado perante a Previdência Social; Guarda de Documentos de Empresas Extintas; Extinção de discriminação quanto às mulheres divorciadas, separadas judicialmente e desquitadas.

“Chegamos ao término do nosso laborioso e fraternal encontro. Recebemos os colegas Fiscais de todos os recantos do País de braços abertos, e nos intervalos dos cansativos, mas gratificantes trabalhos e acalorados debates procuramos proporcionar aos amigos de todo este continente brasileiro momentos de alegria. Esperamos que levem em suas recordações algo do espírito do povo do extremo sul do País. A chegada foi alegre



e cheia de expectativas. Tudo se confirmou. Mais uma vez ficou demonstrado que somos irmãos espalhados por uma diáspora natural. Fica-nos agora a dor da despedida nos corações. Guardaremos, com amor e carinho, a imagem de cada colega”, foi com essas palavras que Aloisio Jorge Holzmeier, presidente da Agafisp, Estadual da ANFIP no Rio Grande do Sul, encerrou os trabalhos da VIII Convenção.

CONSELHO FISCAL

Eliel Lopes de Medeiros
Humberto Machado Coelho
Manoel Gonçalves de Almeida
Francisco José das Chagas
Fernando Calmon



CONSELHO DE REPRESENTANTES

AC: Salustiano Silva Souza
AL: Manuel Ucho da Rocha Barros
AM: Miguel Saraiva de Queiroz
BA: Demóstenes Pinto de Carvalho Sobrinho
CE: Sebastião Romero
DF: Gerson Rodrigues Lima
ES: José Luiz Teixeira de Mello
GO: Dorval Doro
MA: Janir da Silva Gedeon
MT: Fernando Marques Fontes
MS: Adyl José de Britto
MG: Raul Carvalho
PA: Ênnio Magalhães Soares da Câmara
PB: Mario S. Araújo
PR: Ary Leal Silva
PE: Ridalvo R. M. França
PI: Raymundo Arary Ferreira Lima
RJ: Cauby de Sá Palmeira
RN: Heitor P. Cunha
RS: Aloisio Jorge Holzmeier
SC: Paschoal Simone Neto
SP: Pedro Augusto Sanchez
SE: Antonio V. Cardoso



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Pedro Ditrich

Vice-presidente Executivo: Luiz Carlos de Castro Tourinho

Vice-presidente de Relações Públicas: Marino da Silveira Soares

Vice-presidente de Serviços Sociais: Autran de Oliveira Rocha

Vice-presidente de Política de Classe: Agenor Madella

Vice-presidente de Cultura Profissional: Marcelo Vianna

Vice-presidente de Informações: Hélio Teixeira da Fonseca

Vice-presidente de Orçamento e Programação: Nemyr Onofre Serpa

Vice-presidente de Assuntos Regionais: Rigoberto de Souza

Vogal: Jabs Conti

Vogal: João Martin Rúbia

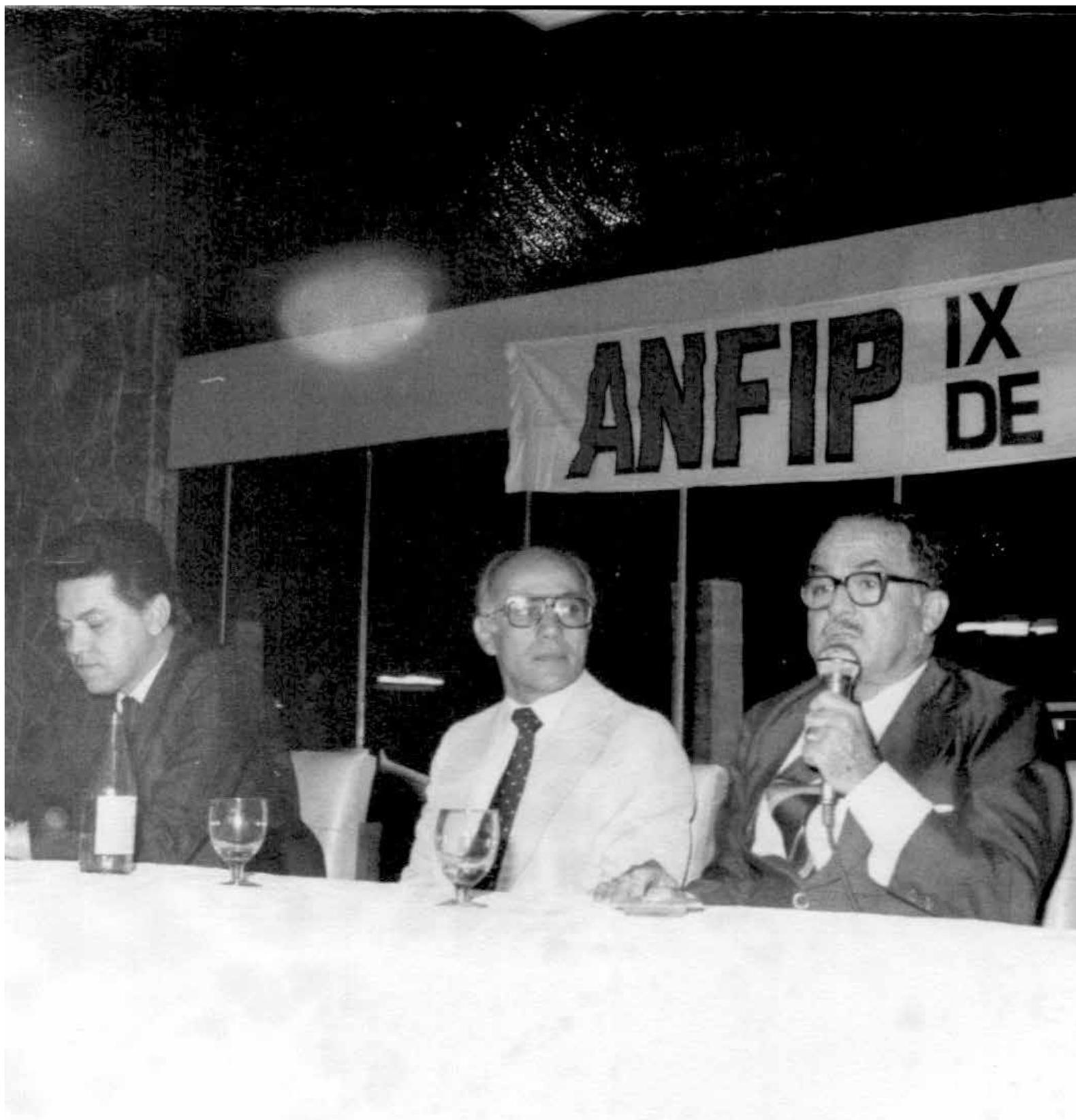
Vogal: Wilson da Silva Cardoso

Vogal: José Inácio da Fonseca

Vogal: José Geraldo de Lima Araújo

Vogal: Ary Rodrigues Ribeiro





IX CONVENÇÃO NACIONAL

1983



DESTAQUE PARA EXPRESSIVA PARTICIPAÇÃO DA CLASSE

SERVIDORES ALERTAM PARA A PERDA DE PODER AQUISITIVO DA REMUNERAÇÃO E PARA A NECESSIDADE DE DESBUROCRATIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS

Reuniram-se em Goiânia (GO) para a nona edição da Convenção Nacional da ANFIP, nos dias 22 a 26 de agosto de 1983, experientes companheiros de luta, ao lado de novos Fiscais que despontavam como representantes de uma categoria. Nos debates, foi marcante a presença de Fiscais de Contribuições Previdenciárias (FCPs) de todo o Brasil em busca de caminhos mais dinâmicos para a Previdência Social e para a atividade de arrecadação e fiscalização exercida pelos servidores.

A expressiva participação da classe nas lides associativas já tinha ficado clara nas eleições dos convencionais, as quais registraram grande número de candidatos e elevado comparecimento de associados às urnas.

Os Fiscais de Contribuições Previdenciárias vinham demonstrando à nação e ao poder público, por meio do trabalho, do estudo e do diálogo franco, alto grau de aperfeiçoamento técnico-profissional em defesa dos interesses e das coisas públicas. Essa foi a disposição que norteou a IX Convenção Nacional.

À frente do Conselho Executivo estava o presidente Octaviano Santos Moreira, que já alertava para a baixa valorização dos Fiscais, a defasagem do efetivo, o alto número de aposentadorias, o estrangulamento dos salários e a

baixa capacidade do Estado de atrair novos servidores. De acordo com estudos, em 1983 a remuneração dos FCPs apresentava uma defasagem de 41,5%.

Em relação ao contexto socioeconômico do País, formava-se a consciência de que o crescimento econômico tinha que estar aliado ao bem-estar da população e à eliminação da pobreza. Eram discutidos também temas como dívida externa e cortes de despesas de custeio da estrutura administrativa da União. Os servidores chamavam atenção ainda para a perda do poder aquisitivo das remunerações e para a necessidade de desburocratização dos procedimentos e processos públicos.

Entre as decisões da classe estavam a busca da incorporação da gratificação de produtividade nos proventos; a instituição de fonte de custeio para sustentação de sistema próprio de treinamento técnico dirigido aos FCPs; a regulamentação da gratificação de “locais inóspitos” nos moldes da Receita Federal; a vinculação da indenização de transporte ao salário mínimo, além de outras questões profissionais.

Chama a atenção que, dentre o rol de proposições, havia uma que apontava a ilegalidade da cobrança da contribuição previdenciária sobre proventos de aposentadoria. A extinção dessa cobrança injusta era uma das grandes lutas dos servidores, já que o que é arrecadado pela taxa não se converte em benefícios para quem já é aposentado.

Foram apresentadas 88 teses, a grande maioria aprovada, tratando de temas de interesse público, com implicações nos processos públicos, como a que tratava da criação do auxílio-doença para o trabalhador rural e a que criava a cobrança de Quota de Previdência incidente sobre juros e benefício fiscal para a empresa que admite acidentado depois de reabilitação.



A IX Convenção atraiu ainda autoridades importantes, como o secretário de Arrecadação e Fiscalização do IAPAS, Hugo Roberto Cantinho, e o coordenador de Fiscalização da Secretaria de Arrecadação e Fiscalização do IAPAS, Lizaneas Tavares.

O evento também abrigou a homenagem póstuma feita ao patrono da ANFIP, Autran de Oliveira Rocha.

CONSELHO FISCAL

Durval Lima
Itamoary de Jesus Barros
Milton Pimentel Pradines
Martiniano Quadros
Wilton Moretti Goma



CONSELHO DE REPRESENTANTES

AC: Salustiano Silva Souza
AL: Guy Calheiros Gomes de Barros
AM: Miguel Saraiva de Queiroz
BA: José Magalhães Salinas
CE: Sebastião Romero
DF: Gerson Rodrigues Lima
ES: José Luiz Teixeira de Mello
GO: Carlos José de Castro
MA: Yomar Victal Cota Ferreira
MG: Marcelo Vianna
MS: Adyl José de Brito
MT: Fernando Marques Fontes
PA: João Edmundo da Silva Leite
PB: Eliel Lopes de Medeiros
PE: Antonio Ferreira Lima Júnior
PI: Raimundo Arary Ferreira Lima
PR: Agenério de Araújo Filho
RJ: Aniceto Martins
RN: Heitor Pires Somem de Siqueira
RS: Hildebrando Coelho Estima
SC: Paschoal Simone Neto
SP: Pedro Augusto Sanchez
SE: Manoel Gonçalves de Almeida



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Octaviano Santos Moreira

Vice-presidente de Administração: Luiz Carlos de Castro Tourinho

Vice-presidente de Finanças: Armando dos Santos

Vice-presidente de Orçamento e Programação: Walter José de C. Rodrigues

Vice-presidente de Serviços Assistenciais: Aloisio de Melo

Vice-presidente de Política de Classe: Marino da Silveira Soares

Vice-presidente de Relações Públicas: Pedro Dittrich Júnior

Vice-presidente de Política Interesse Fiscal: Nemyr Onofre Serpa

Vice-presidente de Cultura Profissional: Gilberto Ulysses Franceschini

Vice-presidente de Divulgação: Rigoberto de Souza

Vogal: José Inácio da Fonseca

Vogal: Renato Chica Ferreira

Vogal: Yomar Victal Costa Ferreira

Vogal: Nelson Santana Ribeiro

Vogal: José Vasconcelos de Oliveira





X CONVENÇÃO NACIONAL

1985



PRIMEIRA MULHER ASSUME NO CONSELHO EXECUTIVO

FOI SOMENTE EM 1985 QUE O CONSELHO EXECUTIVO PASSOU A TER UMA REPRESENTANTE FEMININA EM SUA COMPOSIÇÃO

A X Convenção Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias foi realizada na Ilha do Boi, em Vitória (ES), de 19 a 24 de agosto de 1985. Duas novidades foram implementadas na Convenção: a eleição da primeira mulher para integrar o Conselho Executivo, Maria de Lourdes Nunes Carvalho, e a criação da Vice-Presidência de Aposentados e Pensionistas, em substituição à de Relações Públicas. A ala feminina da fiscalização, que já era composta por um quantitativo bastante expressivo, viu-se devidamente representada na direção da ANFIP.

Os convencionais presentes, além de elegerem o novo Conselho Executivo da Entidade, estiveram envolvidos em vários outros debates, como a aprovação da carreira Auditoria da Receita Previdenciária, a discussão do novo Estatuto do Servidor Público Civil e do novo Plano de Cargos e Salários, a criação da Escola de Administração da Receita Previdenciária (Esaprev), a introdução de microcomputadores nos procedimentos fiscais, a reivindicação do auxílio-moradia e da gratificação de periculosidade e o financiamento de carro a álcool.

A tônica das Convenções Nacionais sempre foi a predominância de proposições de interesse público sobre as de interesse exclusivo da classe. Na X Convenção Nacional não foi diferente do que vinha ocorrendo. Quase todo o tempo do encontro dos fiscais foi dedicado à problemática previdenciária. “Esperamos que o governo, como tem ocorrido ao longo da história de nossa Associação Nacional, transforme em lei e em atos administrativos algumas das proposições de Vitória, que são, também, do Espírito Santo”, relatam documentos.

As comissões de Interesse de Classe e de Interesse Público analisaram diversas teses, aprovando várias. Das relacionadas à carreira, foram aprovadas: indenização de transporte; alteração do Decreto de Lei 1.709/79 (gratificação de produtividade); alteração do Decreto 73.529/74, que impede a extensão administrativa de decisões judiciais que beneficiam servidores, mesmo reiteradas; Manual de Procedimentos Fiscais. Dentre as teses apresentadas de interesse público, foram aprovadas: extensão de direito à prisão especial para os funcionários de nível superior (Lei nº. 5.645); criação do Museu da Fiscalização com vista a recolher o acervo em todo o Brasil, no que tange ao material de trabalho, histórias e estórias ou outros fatos notórios havidos com a fiscalização e fiscais; Dia do Fiscal da Previdência; criação do Banco da Previdência Social; preenchimento de cargos de chefia por servidores do quadro dos institutos. Uma importante tese analisada determinou o funcionamento transitório da sede da ANFIP em Brasília enquanto não transferida por ato declaratório do Conselho Consultivo.



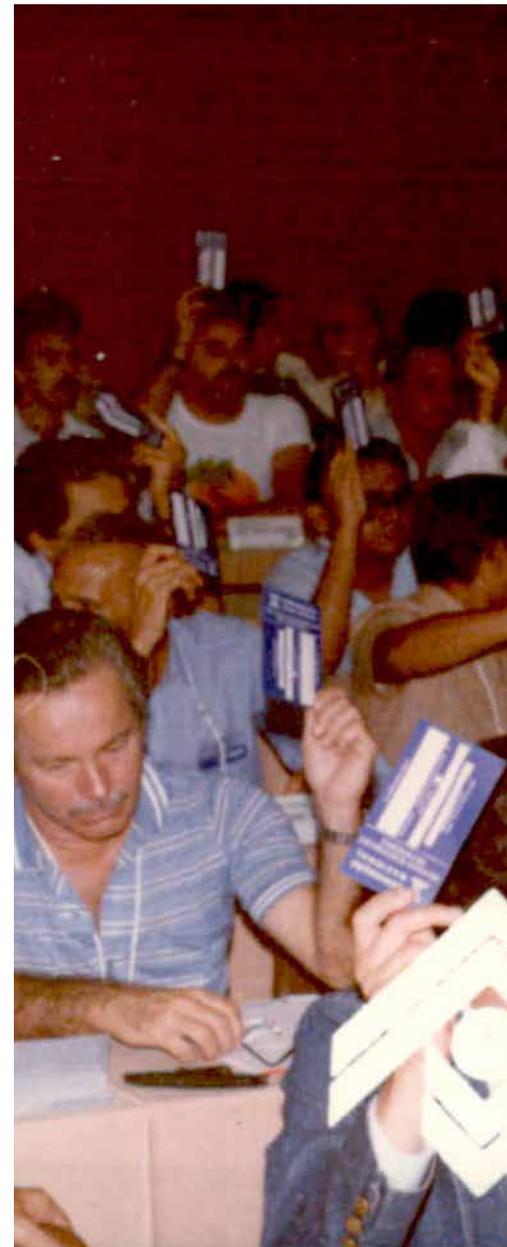
CONSELHO FISCAL

João Batista de Castro Nunes
 Antonio Martins Bittencourt
 Moacyr de Souza Neves
 Hamilton de Figueiredo
 Fernando Arcoverde Cavalcanti
Suplentes:
 Alcino de Sousa Marques
 Gerson Rodrigues Lima



CONSELHO DE REPRESENTANTES

AC: Salustiano Silva Souza
AM: Miguel Saraiva de Queiroz
AL: Guy Calheiros Gomes de Barros
BA: Isabel Barbosa de Moura
CE: Paulo de Sousa Reis
DF: Mário Sérgio Mendes Pinto
ES: José Luiz Teixeira de Mello
GO: Auristela Divina Peixoto Bittencourt
MA: Antônio de Jesus O. de Santana
MT: Fernando Marques Fontes
MS: Martiniano Quadros
MG: Marcos Pawlowski
PA: João Edmundo da Silva Leite
PB: Geraldo Nicolau Batista de Melo
PR: Ernani Neves Guimarães
PE: Antônio Ferreira Lima Júnior
PI: Luiz Airton Santos
RJ: Aniceto Martins
RN: Raimundo Nonato de Moura
RS: Aloísio Jorge Holzmeier
SC: Hildebrando Alves dos Santos
SP: Pedro Augusto Sanchez (informação da APAFISP)
SE: Wolney Sobra Torres



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Gilberto Nobre Cavalcante

Vice-presidente de Política de Classe: Gilberto Ulysses Franceschini

Vice-presidente de Administração: Luiz Carlos de Castro Tourinho

Vice-presidente de Divulgação: Pedro Dittrich Júnior

Vice-presidente de Política Interesse Fiscal: Cyro Moraes da Franca

Vice-presidente de Finanças: Joaquim Baptista Affonso

Vice-presidente de Serviços Assistenciais: Adhemar Leite Cavalcanti

Vice-presidente de Orçamento e Programação: Walter de Almeida Cordeiro

Vice-presidente de Relações Públicas: Nemyr Onofre Serpa

Vice-presidente de Cultura Profissional: Lêucio Flavo Moreira de Borges Sampaio

Vogal: Raimundo Arary Ferreira Lima

Vogal: Manoel Gonçalves

Vogal: Durval Lima

Vogal: Eliel Lopes de Medeiros

Vogal: Ary Leal da Silva





XI CONVENÇÃO NACIONAL

1987



ANFIP ATUANTE NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

**ENTIDADE MUDA PARA BRASÍLIA E
CONTRIBUI PARA A CONSTRUÇÃO DE
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NO QUE
DIZ RESPEITO À SEGURIDADE SOCIAL E
AOS SERVIDORES PÚBLICOS**

A décima primeira Convenção Nacional da ANFIP teve lugar em Recife (PE), num momento histórico para o País. O Brasil entrava na reta final do processo de abertura política, saindo de uma ditadura militar instalada em 1964. Em 1988, seria realizada a Assembleia Constituinte para a promulgação da Carta Magna nacional da nova era democrática.

Não à toa, uma das principais decisões da Convenção foi a determinação para que a ANFIP acompanhasse com atenção a Assembleia. Assim, a Entidade muito contribuiu para a construção de princípios constitucionais no que diz respeito à Seguridade Social e aos servidores públicos, com a elaboração constante de emendas. À frente do Conselho Executivo estava o presidente Lécio Flavo Moreira de Borges Sampaio.

Também foi em 1987 que a ANFIP transferiu sua sede do Rio de Janeiro (RJ) para Brasília (DF), o que reforçou a sua atuação junto aos poderes da República em prol dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias, da Previdência Social e da sociedade.

Entre os temas da carreira, a XI Convenção estabeleceu prioridades na atua-

ção da ANFIP. Os Fiscais entenderam que a Associação deveria dar atenção a temas como a criação da carreira de Auditoria da Receita Previdenciária, a recomposição do quadro da fiscalização e a busca pela isonomia remuneratória com os Auditores da Receita Federal.

Na ocasião, o presidente do IAPAS, Felix Cristiano Theis, assumiu o compromisso de dar andamento a pleitos como a elaboração do Plano de Cargos e Carreira da Previdência Social e a modernização do IAPAS. A Convenção também contou com as presenças do vice-governador de Pernambuco, Carlos Wilson Campos, do secretário de Arrecadação e Fiscalização, Milton Molinari Moretti, e da diretora de Pessoal do IAPAS, Maria Cecília Landim.

Em relação às teses e proposições, as que expressavam as questões que mais estavam no foco dos Fiscais versavam sobre o interesse público e o interesse da classe. Também foram aprovadas mudanças estatutárias.

A mensagem que as propostas aprovadas passam é de servidores conscientes da importância do trabalho para a sociedade. É possível observar uma proposição que pregava o não descuramento do estudo da Previdência Social como técnica atuária e sociológica de proteção social, uma sugestão para que o Seguro Social tivesse por finalidade oferecer aos seus beneficiários meios condignos de subsistência, e um alerta quanto à preservação do valor original dos benefícios de pagamento continuado em manutenção.

O evento teve ainda momentos especiais, como a aprovação de moção para que a XI Convenção Nacional da ANFIP prestasse homenagem a todos aqueles que participaram, com idealismo e desprendimento, das lutas associativas da classe, de autoria das bancadas de Pernambuco e do Rio Grande do Sul.



CONSELHO FISCAL

José Luiz Teixeira Mello
 Geraldo Nicolau Baptista de Mello
 Manoel Gonçalves de Almeida
 José Hélio Pereira
 Milton Pimentel Pradines
Suplentes:
 João Bastos Filho
 Geraldo da Costa
 Francisco Leite da Silva
 Edward Castro Dias
 Anésia Strobel de Freitas Santos



CONSELHO DE REPRESENTANTES

AM: Helton Carlos Praia de Lima
AC: Salustiano Silva Souza
AL: Guy Calheiros de Barros
BA: Edson Pinheiro do Rosário
CE: Paulo de Sousa Reis
DF: Gilson Ferreira de Matos
ES: Edith Souza Vanzo
GO: Ary Gonzaga Lellys
MA: Luiz Henrique Bulcão
MT: Fernandes Marques Fontes
MS: Francisco Leite da Silva
MG: Antônio Nogueira Vaz de Melo
PA: João Edmundo da Silva Leite
PE: José Feliciano de Barros Neto
PI: Raimundo Arari Ferreira Lima
PB: José Avelino da Silva Neto
PR: César Eugênio Gasparim
RJ: Ary Rodrigues Ribeiro
RN: Tarciso Cabral de Medeiros
RS: Mario César Martins Fernandes
SC: Anilton Lentz dos Santos
SP: Gilberto Ulysses Franceschini
SE: Wolney Sobral Torres



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Lêucio Flavo Moreira de Borges Sampaio

Vice-presidente de Política de Classe: Ernani Neves Guimarães

Vice-presidente de Interesse Fiscal: Cyro Moraes da Franca

Vice-presidente de Aposentados e Pensionistas: Maria de Lourdes N. Carvalho

Vice-presidente de Serviços Assistenciais: Gilberto Nobre Cavalcante

Vice-presidente de Cultura Técnico Profissional: Marville Taffarel

Vice-presidente de Imprensa e Divulgação: Pedro Dittrich Júnior

Vice-presidente de Administração: Luiz Carlos de Castro Tourinho

Vice-presidente de Finanças e Patrimônio: Adhemar Leite Cavalcanti

Vice-presidente de Orçamento e Programação: Rigoberto de Souza

Vogal: Carlos Humberto de Oliveira

Vogal: Itamoary de Jesus Barros

Vogal: Laerte Horta

Vogal: Marino da Silveira Soares

Vogal: Nelson Santana Ribeiro





XII CONVENÇÃO NACIONAL

1989



ANFIP MOSTRA SUA FORÇA

COM SEDE PRÓPRIA, ANFIP CONSOLIDA TRABALHO EM DEFESA DE INTERESSES SOCIAIS AMPLOS, COMO A PREVIDÊNCIA SOCIAL

1989 foi um ano emblemático para a ANFIP, pois foi quando inaugurou sua sede própria e, com a presença do ministro da Previdência e Assistência Social, Jader Barbalho, deu um passo importante para a consolidação de seu trabalho, que já era referência na defesa dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias. A XII Convenção Nacional coroou este momento, quando reuniu, de 21 a 25 de agosto, em Brasília (DF), mais de 500 fiscais, entre convencionais, participantes e convidados.

Entender a história das Convenções é acompanhar a evolução da própria Entidade. Muitas bandeiras de lutas levantadas foram iniciadas nas convenções, assim como o encaminhamento de teses e decisões importantes sobre a própria ANFIP, como a que transferiu a sede para Brasília em 1987, por meio de análise feita inicialmente na Convenção de 1985. Na XII Convenção, três comissões estavam incumbidas de analisar as teses e propostas encaminhadas: de Interesse Público, de Interesse de Classe e de Reforma e/ou Alterações Estatutárias.

A Comissão de Interesse Público recebeu 21 teses, das quais aprovou 14. Dentre as aprovadas, estão: Organização Administrativa das Unidades da LAF (Linha de Arrecadação e Fiscalização) nos órgãos de Direção Local; A Seguridade Social no Brasil e o papel do FCP no crescimento do sistema de arrecadação; Pecúlio Facultativo: pagamento quando da

aposentadoria ou morte; estrutura da Seguridade e criação do Ministério da Seguridade Social.

A Comissão de Interesse de Classe recebeu 24 trabalhos e aprovou 18 deles, como: A Fiscalização Previdenciária – adoção de instrumentos e mecanismos que potencializem a sua ação; Criação de uma comissão da ANFIP para elaborar programação básica da Dataprev de efetivo apoio à Fiscalização; Isenção de selo pedágio; GEFA – Gratificação de Estímulo à Fiscalização e à Arrecadação.

Já a Comissão de Reformas Estatutárias recebeu 45 documentos e aprovou 30, dentre eles: Assegurar aos não convencionais o direito à participação nas sessões plenárias da Convenção; Inclusão do Capítulo III “Da Despesa” no Estatuto Social; Reforma Estatutária proposta pelo Conselho Executivo.

A XII Convenção teve outra novidade, aprovada pelos convencionais: os membros do Conselho Executivo passaram de 15 para 18. Foram criadas duas vice-presidências, a de Relações Públicas e a de Assuntos Jurídicos, além de ter sido desmembrada a vice-presidência de Política de Classe e Interesse Fiscal, em vice-presidência de Política de Classe e vice-presidência de Assuntos Fiscais.

Ao final da Convenção, em um momento de muita emoção, após discurso de Pedro Dittrich Júnior, foi lida a Carta de Princípios, dirigida às entidades e autoridades nacionais de servidores, trabalhadores e patronais, retratando a preocupação da classe fiscal, não apenas com seus problemas específicos, mas também com o contexto social brasileiro. Nesta carta, uma decisão foi importantíssima para o Brasil: o repúdio à criação do Caixa Único, sob a tutela do



Ministério da Fazenda, que iria gerir os recursos da Previdência. O entendimento era de que se o Caixa Único se concretizasse, os 30 milhões de dólares arrecadados pela Previdência, a segunda maior receita do País, poderiam ser desviados para fins alheios ao cumprimento do projeto de Seguridade Social.

CONSELHO FISCAL

José Antônio Moreira Icó da Silva
Hildebrando Alves dos Santos
Wolney Sobral Torres



CONSELHO DE REPRESENTANTES

AC: Merian Correa Brasiliense
AL: Dinah Vieira Marinho
AM: Valdenice Seixas Elvas Rodrigues
BA: Cleonízio Luquez Ribeiro
DF: Avani Vilazante Castro
CE: Gilberto Nobre Cavalcante
ES: Jorge Soares de Freitas
GO: Pedro G. Ferreira
MA: Leonardo Cursino Veras
MT: Benedito Cerqueira Seba
MS: Walter Vieira de Mello
MG: Juliana de Araújo Mart Alves
PA: Ênnio Magalhães Soares da Câmara
PB: José Avelino da Silva Neto
PR: Venício Faust
PE: Fernando Arcoverde Cavalcanti
PI: Raimundo Arary Ferreira Lima
RJ: Wilson de Oliveira Vidal
RN: Maria do Socorro Guedes
RS: Aristheu Penalvo Filho
SC: Anilton Lentz dos Santos
SP: Gilberto Ulisses Franceschini
SE: Antonio de Pádua de Oliveira



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Marville Taffarel

Vice-presidente de Política de Classe e Interesse Fiscal: Cyro Moraes da Franca - (assessorado por João Barros Padilha)

Vice-presidente de Aposentados e Pensionistas: Pedro Dittrich Júnior (assessorado por Luiz Carlos de Castro Tourinho)

Vice-presidente de Administração e Patrimônio: Vera Hoffay França Campos - (assessorada por Ary Gonzaga de Lellis)

Vice-presidente de Finanças, Orçamento e Programação: Aniceto Martins (assessorado por Antônio Nogueira Vaz)

Vice-presidente de Serviços Assistenciais: Ary Leal da Silva (assessorado por Antônio Fernando da Silva Gayoso)

Vice-presidente de Imprensa, Divulgação e Publicações: Adhemar Módena (assessorado por Dijanete de Souza Lima)

Vice-presidente de Cultura Profissional e Acompanhamento de Teses: Maria de Lourdes Nunes Carvalho (assessorada por Edson Pinheiro do Rosário)





XIII CONVENÇÃO NACIONAL

1991



EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA

EVENTO REVELA PREOCUPAÇÃO DOMINANTE DA CLASSE DE SERVIR À CAUSA PÚBLICA, OFERECENDO IDEIAS E SUGESTÕES PARA O APERFEIÇOAMENTO DO ESTADO

A XIII Convenção Nacional ocorreu em Brasília (DF), de 19 a 23 de agosto de 1991. O evento contribuiu para consolidar as convenções como o momento mais significativo da Entidade, em que os Auditores Fiscais debatem o melhor da experiência e do conhecimento acumulado no exercício da função.

As diversas teses, proposições e moções apresentadas carregavam a preocupação dominante da classe de servir à causa pública, oferecendo ideias e sugestões para o aperfeiçoamento e a eficiência dos órgãos públicos. Entre elas destacam-se “Uma ação previdenciária aperfeiçoada e eficiente, Previdência Social: fator de paz e tranquilidade social” e “Instituição de Comissão Especial para elaboração do Projeto Previdência Social – Século XXI”.

O cenário em que o evento ocorreu era o das denúncias de fraudes na Previdência Social. A sociedade brasileira era bombardeada por notícias sobre corrupção no sistema previdenciário público e seu funcionamento deficiente.

Por outro lado, a desmoralização das instituições públicas facilitava o interesse de poderosos grupos econômicos nas propostas de privatização total ou parcial da Previdência pública. Assim, tendo em vista esse movimento, a classe decidiu focar na defesa do sistema, nos moldes da Constituição de 1988.

Temas que estiveram presentes foram a reforma da

Constituição de 1988; a campanha pela privatização da Seguridade Social; a reforma fiscal com a unificação de impostos e contribuições; o plano de cargos, carreiras e salários; a perda de qualidade do atendimento da patronal; a redução do quadro de Fiscais e a falta de valorização e capacitação da classe.

Como desafios, os participantes discutiram a proposta de extinção das gratificações; o caixa próprio da Seguridade Social; a aprovação do Regime Jurídico Único dos Servidores Cíveis da União; o projeto do Executivo do Plano de Custeio e Benefícios; a lei de diretrizes orçamentárias no sentido de abortar a proposição de um caixa único; a disponibilidade de servidores na área fiscal; a nova estrutura do INSS; demissões de Fiscais dos cargos de Direção Fiscal, e o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as fraudes no INSS.

A ANFIP contou com a presença de diversas autoridades do poder público, como o presidente do INSS, José Arnaldo Rossi, a secretária Geral do Ministério do Trabalho e Previdência Social, Márcia Bassit, e a diretora de Recursos Humanos do INSS, Maria Cecília Landim.

Em nome dos convencionais, o Fiscal Álvaro Sólton de França pontuou que o momento vivenciado pela Previdência era de angústia, com ataques públicos e ainda os movimentos em prol da privatização do patrimônio do trabalhador. “Mas afirmo que a classe fiscal luta e lutará, sem tréguas, em prol da Seguridade Social.”

O presidente do INSS afirmou na ocasião que, apesar da crise política, “a liberdade democrática era uma realidade e deveria ser aproveitada para que se debatessem os problemas da Previdência Social.”

Representando os ex-presidentes da ANFIP, Marcelo Via-



na lembrou que, na época em que esteve à frente da Entidade, já havia a visão de que a Previdência pública estava em crise. “Mas o sistema previdenciário público lutava para atingir seu objetivo de dar assistência social, médica e cobertura de seguros aos trabalhadores.”

A XIII Convenção, realizada sob o segundo mandato do ex-presidente da ANFIP Aniceto Martins, reuniu mais de 600 participantes de todo o Brasil. Noventa e cinco convencionais decidiram os rumos da Entidade.

CONSELHO FISCAL

Benedito Cerqueira Seba
Ennio Magalhães Soares da Câmara
José Avelino da Silva Neto

Suplentes:

Gicélia Oliveira de Santana
Guy Calheiros Gomes de Barros
Rigoberto de Souza



CONSELHO DE REPRESENTANTES

AC: Gilson Fernando Ferreira de Menezes
AL: Yolanda Soares Silva Persiano
AM: Glayton Batista da Silva
BA: Lêucio Flavo Moreira de Borges Sampaio
DF: Luiz Carlos Barreto
CE: Gilberto Nobre Cavalcante
ES: Misma Rosa Suhett
GO: Benedito Leme Borges Sobrinho
MA: Raymundo Luiz de Barros
MT: Floriano Martins de Sá Neto
MS: Ervaldo Meira
MG: Isidoro Coelho Linhares
PA: Maria do Livramento da Silva Lobato
PB: Eronides de Souza Pontes
PR: Ary Leal da Silva
PE: Rigoberto de Souza
PI: Raimundo Arary Ferreira Lima
SC: Mauro Laurindo Pinheiro
SP: João Martin Rúbia
SE: Antônio Pádua de Oliveira
RJ: Manoel Joaquim Amorim
RN: Jonilson Carvalho de Oliveira
RS: Terezinha dos Santos Wilges
RO: Meriam Correa Brasiliense



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Aniceto Martins

Vice-presidente de Administração e Patrimônio: Maria Oneyde Santos

Vice-presidente Adjunto de Administração e Patrimônio: Maria Urânia da Silva Costa

Vice-presidente de Serviços Assistenciais: César Eugênio Gasparin

Vice-presidente de Cultura Profissional e Acompanhamento de Teses: Adhemar Módena

Vice-presidente Adjunto de Cultura Profissional e Acompanhamento de Teses:
Pedro Dittrich Júnior

Vice-presidente de Assuntos Fiscais: Sônia Mesquita Lara

Vice-presidente Adjunto de Assuntos Fiscais: Maria de Lourdes Nunes Carvalho

Vice-presidente de Programação, Controle Orçamentário e Finanças: Marville Taffarel

Vice-presidente Adjunto de Programação, Controle Orçamentário e Finanças:
Francisco de Carvalho Melo

Vice-presidente de Comunicação Social: João de Brito Torres

Vice-presidente Adjunto de Comunicação Social: Marcos Pawlowski

Vice-presidente de Aposentados e Pensionistas: Dijanete de Souza Lima

Vice-presidente Adjunto de Aposentados e Pensionistas: Celso Dantas de Araújo

Vice-presidente de Relações Públicas: Vera Hoffay França Campos

Vice-presidente de Assuntos Jurídicos: Cauby de Sá Palmeira

Vice-presidente de Política de Classe: Cyro Moraes da Franca

Vice-presidente Adjunto de Política de Classe: José Feliciano de Barros Neto





XIV CONVENÇÃO NACIONAL

1993



CONVENCIONAIS APROVAM REELEIÇÃO

**FASE DE TRABALHOS FOI MARCADA
POR POSSIBILIDADE DE REELEIÇÃO DO
PRESIDENTE DO CONSELHO EXECUTIVO E
EXTENSÃO DA RESPONSABILIDADE POR
ATOS PRATICADOS A TODOS DA ANFIP**

A XIV Convenção Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias (FCP) aconteceu de 16 a 20 de agosto de 1993, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília (DF). Dentre os assuntos do evento, foram destaques as questões relacionadas à Geap, à Seguridade Social na revisão constitucional e ao processo de eleição do presidente da Entidade. Nesta edição, participaram 95 convencionais com direito a voto, além da presença de cerca de mil pessoas, entre fiscais e aposentados de todo o país, autoridades e representantes de entidades classistas.

A Geap – Fundação de Seguridade Social já apresentava dificuldades naquela época. Por isso, a partir da aprovação dos convencionais, foi constituída uma comissão especial a fim de elaborar sugestões e propostas para possível solução dos problemas. A criação da Fundação também foi questionada, com a abertura de trabalhos relativos à revisão constitucional, além de denunciar, judicialmente, a criação do órgão.

Pela Comissão de Reforma e/ou Alteração Estatutária, também foram aprovadas propostas no sentido de estabelecer

a responsabilidade por atos e ações praticados pelos membros de todos os órgãos da ANFIP, e não apenas ao Conselho Executivo, como acontecia até então. Os convencionais ainda deliberaram a possibilidade de reeleição do presidente do Conselho Executivo, podendo, a partir daí, ter mandato de dois anos consecutivos.

Dentre as moções aprovadas naquele ano, destacam-se às relativas ao estabelecimento do projeto de informatização para os FCPs e a de repúdio da ANFIP ao genocídio de índios ianomâmis (sangrenta chacina de crianças, mulheres e velhos de Haximu, comunidade Yanomami na fronteira do Brasil com a Venezuela, pegos de surpresa por um grupo de garimpeiros fortemente armados, em meados de 1993).

Outro importante destaque da XIV Convenção Nacional foi a instalação, pela primeira vez, de estandes, que contou com a participação de onze estados, que levaram artesanato, comidas típicas e manifestações culturais. A mudança foi elogiada pelos participantes, que puderam desfrutar de todas as exposições durante os cinco dias do encontro.

Marcaram presença no evento, além dos FCPs, o presidente do INSS, César Gasparin; o diretor da Geap – Fundação de Seguridade Social, Murilo Pinheiro Luiz; os deputados federais Reinhold Stephanes, Luiz Roberto Ponte, Vivaldo Barbosa e José Luiz Clerot; o senador Almir Gabriel; e os professores e especialistas em Seguridade Social Celso Barroso Leite, Rosa Maria Marques e Wladimir Novaes Martinez.



CONSELHO FISCAL

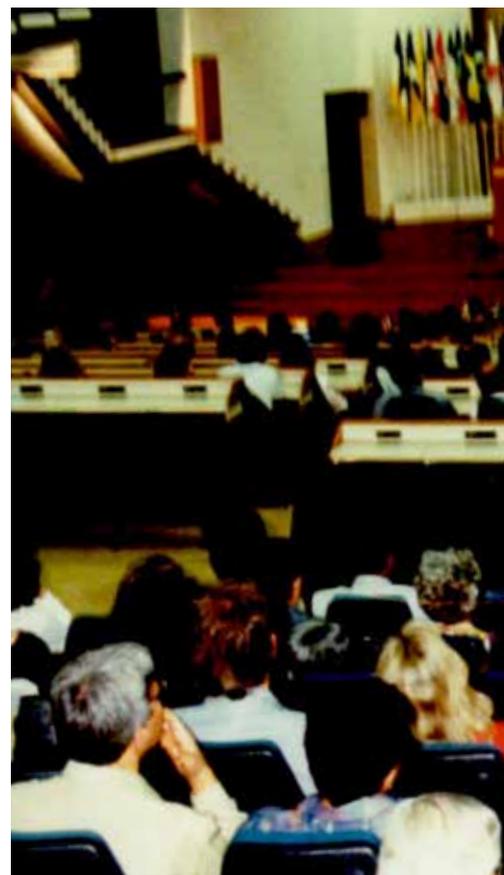
Antônio Pádua de Oliveira
Wilson Santos Brito
Durval Azevedo Sousa

Suplentes:

Oldésio Silva Anhesini
Antonio Silvano Alencar de Almeida
Hugo Evangelista da Silva

**CONSELHO DE REPRESENTANTES**

AC: José de Anchieta Batista
AL: Dinah Vieira Marinho
AM: Gilberto Correia de Oliveira
BA: José Magalhães Salinas
CE: Gilberto Nobre Cavalcante
DF: Wilson Costa Ferreira
ES: Misma Rosa Suhett
GO: Benedito Leme Borges Sobrinho
MA: Raymundo Luiz de Barros
MT: Floriano Martins de Sá Neto
MS: José Pereira da Silva
MG: Célio Lobato de Almeida
PA: Delza Gurjão da Costa
PB: José Avelino da Silva Neto
PR: Ademar Borges
PE: Albemir Baracho Cavalcanti
PI: Raimundo Arary Ferreira Lima
RJ: Ary Rodrigues Ribeiro
RN: Laércio Quintino Guimarães
RS: Vilson Antonio Romero
RO: Meriam Correa Brasiliense
SC: Mauro Laurindo Pinheiro
SP: João Martin Rúbia
SE: Wilson Queiroz da Silva



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Francisco de Carvalho Melo

Vice-presidente de Administração e Patrimônio: Pedro Augusto Sanchez

Vice-presidente Adjunto de Administração e Patrimônio: Roswílcio José Moreira Góis

Vice-presidente de Aposentados e Pensionistas: Pedro Dittrich Júnior

Vice-presidente Adjunto de Aposentados e Pensionistas: Dijanete de Souza Lima

Vice-presidente Cultura Profissional: Adhemar Módena

Vice-presidente Adjunto de Cultura Profissional: José Silveira Pinto

Vice-presidente de Comunicação Social: João de Brito Torres

Vice-presidente Adjunto de Comunicação Social: Emídio Januário da Silva

Vice-presidente de Planejamento, Controle Orçamentário e Finanças: José Geraldo de Oliveira Ferraz

Vice-presidente Adjunto de Planejamento, Controle Orçamentário e Finanças: Isidoro Coelho Linhares

Vice-presidente de Serviços Assistenciais: Marville Taffarel

Vice-presidente de Política de Classe: Cyro Moraes da Franca

Vice-presidente Adjunto de Política de Classe: José Feliciano de Barros Neto

Vice-presidente de Relações Públicas: Vera Hoffay França Campos

Vice-presidente de Assuntos Jurídicos: Cauby de Sá Palmeira

Vice-presidente de Assuntos Fiscais: Álvaro Sólon de França

Vice-presidente Adjunta de Assuntos Fiscais: Maria Oneyde Santos

Observações sobre a composição do Conselho:

- 1) Miguel Arcanjo se afastou do Conselho para assumir cargo de direção no INSS/AM, então Maria Cláudia Vaz assumiu a VPAF, e a suplente Maria Oneyde ocupou a vice adjunta.
- 2) Ary Gonzaga de Lélis se afastou do Conselho para assumir cargo de direção na Superintendência de Goiânia, em seu lugar assumiu Isidoro Coelho Linhares.
- 3) Maria Cláudia Vaz faleceu em 25/04/1993, assumiu Álvaro Sólon de França na VPAF.





XV CONVENÇÃO NACIONAL

1995



MOBILIZAÇÃO MARCA ENCONTRO

**DOIS MIL PARTICIPANTES SE
REÚNEM NA CAPITAL DA PARAÍBA
EM TORNO DO TEMA PREVIDÊNCIA,
REVISÃO CONSTITUCIONAL E
INTERESSES DA CLASSE**

A XV Convenção Nacional teve lugar na capital da Paraíba, João Pessoa, de 20 a 23 de agosto de 1995, e, logo no início, os participantes já tiveram uma surpresa - na chegada ao aeroporto do estado, a Regional da ANFIP recebeu os Fiscais com uma apresentação de dança folclórica.

Cerca de 2 mil colegas participaram dos trabalhos da Convenção, sendo 98 convencionais. Os debates foram centrados nas propostas de mudanças constitucionais encaminhadas pelo governo que afetariam o serviço público, a Previdência Social e o sistema tributário. Ao todo, 81 teses e propostas foram apresentadas e discutidas, sendo 30 aprovadas, e 41 moções, das quais 37 obtiveram consenso.

As teses se dividiram em dois grupos - as de interesse público e as de interesse da classe. Destaque para os seguintes trabalhos apresentados: Estabelecer em lei ordinária a obrigatoriedade do ensino de Previdência Social junto às escolas; Mudanças na área de Arrecadação e Fiscalização quanto ao método de gerenciamento, e Criação de um instituto ou núcleo vinculado à ANFIP responsável pela reciclagem e aprimoramento técnico dos servidores.

Os participantes também trataram de temas como o fim da estabilidade do servidor, fim da aposentadoria por tempo de serviço, reajuste salarial e definiram as diretrizes de atuação da ANFIP para os anos seguintes.

A classe vinha de vitórias, como o aumento da Gefa, a gratificação que compu-

nha a maior parte da remuneração do cargo, e o estreitamento da relação com o Congresso Nacional, que resultou em uma satisfatória atuação na Revisão Constitucional, evitando danos aos servidores públicos e à sociedade em geral.

De acordo com o presidente do Conselho Executivo Flávio Martins de Sá Neto, um dos mais importantes legados da missão assumida pela Entidade em relação à Revisão Constitucional foi a mobilização de todos os associados. “Estes são tempos que exigem uma palavrinha mágica - participação. Quando todos participam e se unem, o trabalho fica mais tranquilo e as forças são redobradas”, afirmou.

Uma das propostas mais importantes aprovada na sessão plenária da XV Convenção foi a divulgação da publicação “Um Fórum para a Seguridade Social”, compilação dos debates e conclusões de uma série de seis seminários realizados pela ANFIP em 1994 sobre reforma da Previdência, o Ciclo de Estudos sobre Seguridade Social.

Estiveram presentes diversas autoridades, entre eles o presidente do INSS, Crésio de Matos Rolim; a diretora de Arrecadação e Fiscalização do INSS, Rosa Neide de Anastácio Machado; o secretário Executivo do Ministério da Previdência, José Cechin; o governador em exercício da Paraíba, José Maranhão; o superintendente do INSS na Paraíba, Telmano Leite Japiassu, e o diretor Executivo da Geap, Ricardo Akel, todos demonstrando admiração e confiança no trabalho dos Fiscais.

A amplitude dos assuntos abordados, todos de interesse público, confirmou a ANFIP como uma entidade que vai além dos interesses de classe. “A ANFIP não é uma entidade corporativa, mas uma associação formada por servidores com visão e projeção superiores do universo de nossas responsabilidades”, afirmou o secretário de Relações Públicas da XV Convenção Nacional, eleito orador oficial, João Laércio Gagliardi Fernandes.



Também foi o que afirmou o presidente do INSS, Crésio de Matos Rolim. “Quem conhece os Fiscais de Previdência, como eu conheço, e a ANFIP, só tem a acreditar no futuro da Previdência e da Seguridade Social”, destacou.

CONSELHO FISCAL

Luis Henrique de Nazaré Bulcão
Moacir Vieira Cardoso
Lourival de Melo Lobo



CONSELHO DE REPRESENTANTES

AC: José de Anchieta Batista
AL: Raunildo Lucena
AM: Nelson Ribeiro
BA: Luiz Antonio Gitirana
CE: Gilberto Nobre Cavalcante
DF: Clarice do Amor Divino
ES: Nicéa Bof de Andrade
GO: Ary Gonzaga de Lellis
MA: Maria de Lourdes Carvalho
MT: Gilson Araújo
MS: José Pereira da Silva
MG: Sérgio Guimarães Campos de Pinho
PA: Ênio Magalhães Soares da Câmara
PB: José Avelino da Silva Neto
PR: Ademar Borges
PE: Rigoberto de Souza
PI: Raimundo Arary Ferreira Lima
RJ: Aniceto Martins
RN: Laércio Quintino Guimarães
RS: Maria Erbenia Camargo
RO: Merian Corrêa Brasileira
SC: Luiz Gonzaga Souza
SP: Margarida Lopes de Araújo
SE: Antonio Pádua
TO: José Carlos Moraes
RR: Parimé Brasil



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Floriano Martins de Sá Neto

Vice-presidente de Assuntos Fiscais: Álvaro Sólon de França

Vice-presidente Adjunto: Manoel Eliseu de Almeida

Vice-presidente de Política de Classe: Pedro Dittrich Júnior

Vice-presidente Adjunto: José Airton de Oliveira Rocha

Vice-presidente de Aposentados e Pensionistas: Dijanete de Souza Lima

Vice-presidente Adjunto: Roswílcio José Moreira Góis

Vice-presidente de Cultura Profissional: Ary Leal da Silva

Vice-presidente Adjunto: Delva Ione Lucas Pinheiro

Vice-presidente de Serviços Assistenciais: Marcos Pawlowski

Vice-presidente de Assuntos Jurídicos: Cauby de Sá Palmeira

Vice-presidente de Administração e Patrimônio: Pedro Augusto Sanchez

Vice-presidente Adjunto: Maria Oneyde Santos

Vice-presidente Planejamento, Controle Orçamentário e Finanças: José Geraldo de Oliveira Ferraz

Vice-presidente Adjunto: Isidoro Coelho Linhares

Vice-presidente de Comunicação Social: Emídio Januário da Silva

Vice-presidente Adjunto: Vilson Antonio Romero

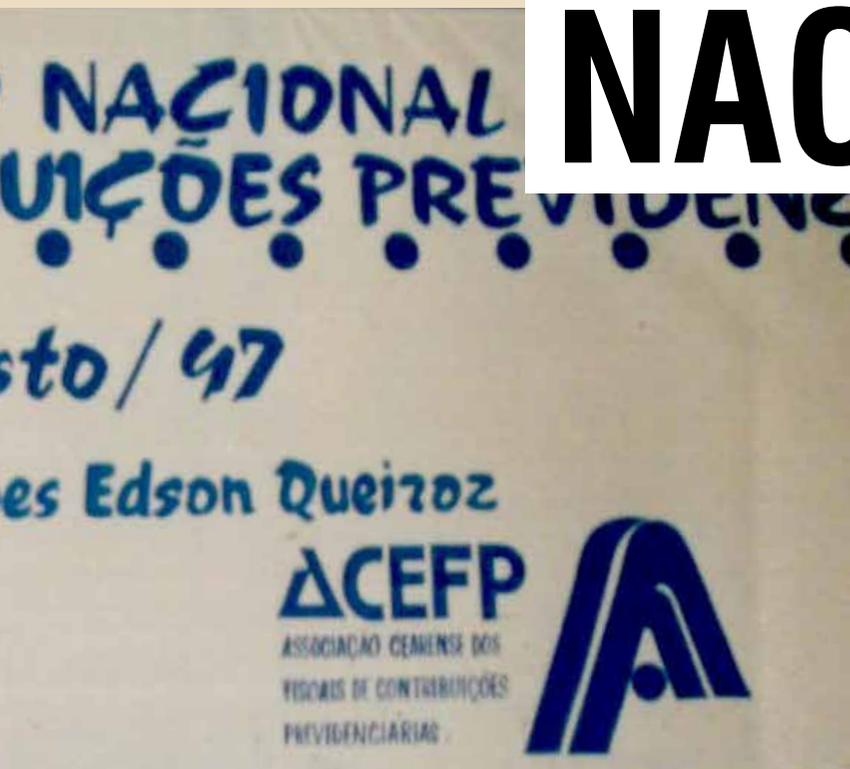
Vice-presidente de Relações Públicas: Clemilce Sanfim C. A. de Carvalho





XVI CONVENÇÃO NACIONAL

1997



ANFIP MOSTRA SUA FORÇA

**EM UM DOS MAIORES EVENTOS DA ENTIDADE,
CONVENÇÃO REÚNE AUTORIDADES DE
DESTAQUE NACIONAL PARA OS DEBATES
DE INTERESSE PÚBLICO E ASSOCIATIVO**

A XVI Convenção Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias foi realizada em Fortaleza (CE), de 17 a 20 de agosto de 1997, marcando um dos maiores eventos realizados na história da Entidade, pela expressão da programação proporcionada aos participantes e pelo debate minucioso das teses e propostas defendidas pela classe.

Já a abertura mostrou a expressividade do evento, que teve participação do ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes; do governador do Estado do Ceará, Tasso Ribeiro Jereissati; do prefeito de Fortaleza, Juraci Vieira de Magalhães; e do presidente da Câmara de Vereadores, Ocilon Gonçalves Pinto Junior.

Para o trabalho, as comissões de Reforma Estatutária, de Interesse Público, a Especial de Ética e a Especial de Unificação das Fiscalizações Federais se debruçaram sobre temas como: Contradições e consequências nocivas da isenção de contribuição para a Seguridade Social das entidades beneficentes de assistência social; Fiscalização de empresas prestadoras de serviços; Criação de reembolso de despesas com utilização de veículo próprio em viagens a serviço do INSS; Cooperativas de trabalho e desregulamentação das relações trabalhistas; Isenção do imposto de renda para maiores de 65 anos.

Paralelamente ao trabalho das Comissões, desenvolveu-se uma série de palestras e conferências sobre os seguintes assuntos: qualidade de vida, com Roberto Shinyashiki; Previdência Social, com o ministro Reinhold Stephanes; Serviço Público e Cidadania, com o ex-ministro da Fazenda Ciro Ferreira Gomes; Combate à Sonegação, com o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Luiz Vicente Cernicchiaro; Direitos Constitucionais, com o ministro do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa.

No cenário político e econômico, o presidente Álvaro Sólón de França destacou o trabalho da Entidade na manutenção dos direitos dos Fiscais diante das inúmeras reformas conduzidas pelo Legislativo.

A ANFIP enfrentou situações extremamente difíceis nos anos que antecederam a Convenção. Segundo relatos, situações adversas de um “governo ambicioso, que contou com a maioria do Congresso Nacional, e aprovou reformas como nenhum outro”. Nas palavras de França, “a ANFIP contrapôs a todas essas situações com qualidade, com emendas, com sugestões, com propostas constitucionais assinadas por diversos parlamentares, tanto na reforma previdenciária quanto na reforma administrativa”.

A Entidade, já naquela época, trabalhava com o diálogo como fonte primária de negociação. “A ANFIP preferiu o caminho do argumento, da proposta de alternativas, preferiu o caminho do diálogo. Dissemos, neste período todo, não à intolerância, não à intransigência, não à xenofobia, não à idiossincrasia, e sim à tolerância, à transigência, ao diálogo até a exaustão, pois sabemos que conseguimos todas as coisas no caminho da persuasão e do convencimento, pois este é o caminho das democracias solidárias e duradouras, este é o caminho da ANFIP”, declarou Álvaro Sólón.



CONSELHO FISCAL

Mauro Laurindo Pinheiro
 Ênio Magalhães da Câmara
 Paulo Correa Melo

Suplentes:

Tarcísio Cabral de Medeiros
 Sebastião Monteiro Maués
 Gladston Ferreira dos Santos

**CONSELHO DE REPRESENTANTES**

AC: João Alves Moreira
AL: Francisco de Carvalho Melo
AM: Nelson Santana Ribeiro
BA: Luís Antonio Gitirana
DF: Clarice do Amor Divino
CE: Gilberto Nobre Cavalcante
ES: Nicéa Bof de Andrade
GO: Ovídio Palmeira Filho
MA: Carlos Alberto Reis de Andrade
MT: Benedito Cerqueira Seba
MS: Carlos Graciano da Silva
MG: Gil Costa Nogueira
PA: Maria Oneyde Santos
PB: José Avelino da Silva Neto
PR: Márcio Humberto Gheller
PE: Abias Amorim Costa
PI: Raimundo Arary Ferreira Lima
RJ: Durvalino Peres da Silva
RN: Manoel de Oliveira Filho
RS: Maria Erbenia Ribas Camargo
RO: Hugo Evangelista da Silva
RR: Parimé Brasil
SC: Hildebrando Alves dos Santos
SP: Antonio Sérgio Martins Gaspar
SE: Jorge Lourenço Barros
TO: José Carlos Rego de Moraes



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Álvaro Sólón de França

Vice-presidente Executivo: Armando dos Santos

Vice-presidente de Assuntos Fiscais: Sandra Tereza Paiva Miranda

Vice-presidente de Política de Classe: Severino Cavalcante

Vice-presidente Política Salarial: Maria Aparecida Fernandes Paes Leme

Vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social: Pedro Dittrich Júnior

Vice-presidente de Aposentados e Pensionistas: José Américo Espíndola Pimenta

Vice-presidente de Cultura Profissional: Alberto Durek Neto

Vice-presidente de Serviços Assistenciais: Marcos Pawlowski

Vice-presidente de Assuntos Jurídicos: Aniceto Martins

Vice-presidente de Administração: Dijanete de Souza Lima

Vice-presidente de Patrimônio e Cadastro: Misma Rosa Suhett

Vice-presidente de Finanças: Durval Azevedo Sousa

Vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário: Antonio Pádua de Oliveira

Vice-presidente de Comunicação Social: Vilson Antonio Romero

Vice-presidente de Relações Públicas: Elizabeth Mattar e Altoé

Vice-presidente de Assuntos Parlamentares: Floriano Martins de Sá Neto

Vice-presidente de Relações Interassociativas: Antonio Rodrigues de Sousa Neto





XVII CONVENÇÃO NACIONAL

1999



FISCAIS EM MOMENTO DECISIVO PARA O PAÍS

CERCA DE 900 PESSOAS REUNIRAM-SE EM BRASÍLIA PARA DEBATES DE QUESTÕES SOBRE SERVIÇO PÚBLICO E DE INTERESSE DA SOCIEDADE

A XVII Convenção Nacional coincidiu, nas palavras dos organizadores, com um momento decisivo para o País, para o serviço público e para os Fiscais de Contribuições Previdenciárias. Relativamente aos assuntos que afetavam a classe, os servidores estavam preocupados com o arrocho salarial, com a escalada da inflação e com a majoração da cobrança da contribuição previdenciária e a sua instituição para os servidores aposentados e para os pensionistas, o que de fato acabou ocorrendo posteriormente.

Ao todo, 900 participantes também se debruçaram sobre questões relativas ao panorama socioeconômico do País, como os projetos de reformas tributária, previdenciária (com proposta de reestruturação do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS) e administrativa, e à previdência complementar.

Demonstrando o comprometimento da classe com os grandes temas da agenda nacional, durante a Convenção, que ocorreu em Brasília, de 16 a 19 de maio de 1999, foram assinadas moções de repúdio à política econômica brasileira e ao arrocho salarial do servidor público federal.

Marcaram presença no evento o secretário substituto da Previdência Social, do Ministério da Previdência e Assistência Social, Vinícius Carvalho Pinheiro; o secretário de

Previdência Complementar do órgão, Paulo Kliass; a economista da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Sulamis Dain, e a procuradora do Estado de Minas Gerais Mizabel de Abreu Machado Darci.

Vale destaque o fato de a Convenção ter aprovado a Declaração dos Princípios Éticos dos Fiscais, que, entre outros pontos, reconhecia a relevância da atividade fiscal e o papel do Fiscal de Contribuições Previdenciárias como agente de conscientização política.

O aspecto social e cidadão também foi ressaltado pela oradora eleita representante dos convencionais, Maria de Lourdes Nunes Carvalho, do Maranhão, a primeira mulher a integrar o Conselho Executivo da ANFIP, no período 1985-1986: “nós Fiscais não podemos ser apenas técnicos, uma vez que trabalhamos também com o lado social do contribuinte. É um exercício de cidadania ser Fiscal e nossa luta garante a cidadania daqueles que laboram e contribuem para a Seguridade Social, e dos que não contribuíram também.”

Na época, começava a tomar corpo a discussão sobre a definição das atividades típicas de Estado, e a ANFIP empreendeu o debate do assunto por meio da Comissão Especial de Previdência Complementar, Pública e Privada. O relatório, sob o título Novas Fronteiras para o Trabalho Fiscal, determinava como prioridade a definição das atribuições dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias e a sua competência exclusiva para fiscalizar o Regime Geral de Previdência Social, os regimes próprios e as entidades fechadas de Previdência Complementar, ou seja, todo o sistema previdenciário brasileiro.

Também foi aprovada a tese Atividades Típicas de Estado, propondo o restabelecimento do prestígio da classe perante a sociedade, a identificação de suas atividades como exclusivas de Estado, mediante a criação do Ministério da Seguridade Social, da carreira de Au-



ditor da Receita da Seguridade Social, e da carreira de Técnico da Receita da Seguridade Social.

No encerramento da XVII Convenção Nacional, um momento especial – a premiação do associado Antônio Augusto Garcia, de Minas Gerais, vencedor do concurso Hino da ANFIP.

CONSELHO FISCAL

Luiz Gonzaga de Souza
Maria Oneyde Santos
Ronald Ferreira de Aguiar



CONSELHO DE REPRESENTANTES

AC: Sérgio Luís Pinto
AL: Francisco de Carvalho Melo
AP: Emir Cavalcanti Furtado
AM: Miguel Arcanjo Simas Novo
BA: Luiz Antonio Gitirana
DF: Gilson Ferreira de Mattos
CE: Francisco de Assis Bastos Castro
ES: Nicéa Bof de Andrade
GO: Dalva Pimenta de Souza e Silva
MA: Raymundo Luiz de Barros
MT: Fernando Marques Fontes
MS: Carlos Graciano da Silva
MG: Marcos Barbonaglia da Silva
PA: Ênnio Magalhães Soares da Câmara
PB: Dijanete de Souza Lima
PR: Reinoldo Bento dos Santos
PE: Cléa Maria da Silveira Caldas
PI: João Soares da Silva Sobrinho
RJ: Lizâneas Tavares
RN: Jonilson Carvalho de Oliveira
RS: Vilson Antonio Romero
RO: Merian Corrêa Brasiliense
SC: Pedro Dittrich Júnior
SP: Assunta Di Dea Bergamasco
SE: Jorge Lourenço Barros
TO: Valter Rodrigues de Oliveira



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Severino Cavalcante de Souza

Vice-presidente Executivo: Nildo Manoel de Souza

Vice-presidente de Assuntos Fiscais: Venício Faust

Vice-presidente de Política de Classe: Sandra Tereza Paiva Miranda

Vice-presidente de Política Salarial: Vilson Antonio Romero **(com o afastamento de Vilson Antonio Romero para assumir a presidência da Regional, assumiu Eduardo Jorge Bandeira de Souza)**

Vice-presidente de Seguridade Social: José Avelino da Silva Neto

Vice-presidente de Aposentados e Pensionistas: Clarice do Amor Divino **(com o afastamento de Clarice do Amor Divino, assumiu Rodolfo Fonseca dos Santos)**

Vice-presidente de Cultura Profissional: Margarida Lopes de Araújo

Vice-presidente de Serviços Assistenciais: Sérgio Guimarães Campos Pinho

Vice-presidente de Assuntos Jurídicos: José Américo Espíndola Pimenta

Vice-presidente de Administração: Misma Rosa Suhett

Vice-presidente de Patrimônio e Cadastro: Maria Salete Paz

Vice-presidente de Finanças: Durval Azevedo Sousa

Vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário: Antônio Pádua de Oliveira **(com o retorno de Clarice do Amor Divino, Rodolfo Fonseca dos Santos assumiu o lugar de Antônio Pádua de Oliveira, que faleceu)**

Vice-presidente de Comunicação Social: Floriano Martins de Sá Neto

Vice-presidente de Relações Interassociativas: Gilberto Nobre Cavalcante

Vice-presidente de Assuntos Parlamentares: Álvaro Sólon de França

Vice-presidente de Relações Públicas: Maria Aparecida Fernandes Paes Leme





XVIII CONVENÇÃO NACIONAL

2001



CRISE ECONÔMICA PERMEIA DEBATES

EM MEIO À CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA, ANFIP REALIZA A CONVENÇÃO NACIONAL, PROMOVENDO DEBATES APROFUNDADOS SOBRE O FUTURO DA CARREIRA

A XVIII Convenção Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias, realizada em Brasília (DF), de 20 a 24 de maio de 2001, foi a oportunidade para que todos os participantes pudessem se reciclar em relação à realidade, marcada por crises política e econômica.

A agenda do governo era no sentido de estabelecer um modelo que não privilegiasse, não contemplasse de forma alguma, interesses dos trabalhadores, principalmente interesses dos servidores públicos. “Um modelo que fundamentalmente visava fazer um ajuste fiscal em que o serviço público brasileiro e a sociedade brasileira teriam que, ao final de cada exercício, arrancar para os grandes banqueiros internacionais algo em torno de 30 bilhões de dólares, tal a perversidade do modelo”, denunciavam registros da época. Uma situação que não poupava nem o Legislativo, que “vivia o cerceamento pelo rolo compressor constante”, e o Judiciário, “cada vez mais tendo sobre sua cabeça os grilhões das medidas provisórias que visavam tirar o seu poder de cumprir aquilo que está na lei”.

“Tudo era e continua sendo no sentido de reduzir direitos, conquistas legi-

tivamente conseguidas e, acima de tudo, penalizar aqueles que contribuíram ao longo de 30, 35 anos, para o serviço público brasileiro, que são os aposentados e pensionistas”, disse o presidente da Entidade, Antonio Rodrigues de Sousa Neto na abertura do evento.

Os anais dos discursos proferidos na Convenção já confirmavam: “muita luta ainda virá pela frente”. E a ANFIP, que já tinha 50 anos de história, continuou trilhando o caminho da luta com altivez, dignidade, decência, respeito e defesa intransigente da categoria, ao mesmo tempo vinculada à sociedade, representada por todos os trabalhadores brasileiros.

Foi nesse período que a categoria foi incluída na lista de carreiras exclusivas de Estado e foi conquistada a manutenção do regime de cargos para os Fiscais de Contribuições Previdenciárias. A ANFIP também atuou na derrubada de uma emenda que implementava a desoneração da folha de pagamentos, discutida no âmbito da reforma tributária. Também foi nesse período que ocorreu a regulamentação da GDAT (Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária).

A Convenção Nacional ocorreu um ano após a criação da Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social, fundada em 5 de dezembro de 2000, nascida das ideias e das propostas dos colegas que, por muitos anos, se dedicaram a estudos e análises de matérias específicas vinculadas à Seguridade Social.

Os convencionais foram distribuídos nas comissões de Reforma e Alteração Estatutária, e de Interesse Público e da Classe, que se dividiram nos debates das teses e proposições. Nas plenárias, as discussões foram sobre a valorização das entidades, a oficina



de assuntos da categoria, condições de trabalho, cenário político e econômico.

Dentre as teses aprovadas estão: Implementação da Fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência no Serviço Público pelos AFPS; a GFIP e as Repercussões na Atuação do Auditor Fiscal da Previdência Social; Racionalização da Constituição de Crédito Previdenciário em Grupo Econômico; Isenção das Contribuições Sociais; Unificação das Carreiras do Fisco Federal.

CONSELHO FISCAL

Dalva Pimenta de Souza e Silva
 Ênio Magalhães Soares da Câmara
 Luiz Gonzaga de Souza

Suplentes:

Jorge Cezar Costa
 José Castelo Branco Bessa Filho



CONSELHO DE REPRESENTANTES

AC: João Alves de Moreira
AL: Francisco de Carvalho Melo
AM: Miguel Arcanjo Simas Novo
AP: Maria Eliane Silva Almeida
BA: Luiz Antonio Gitirana
DF: Gilson Ferreira de Mattos
CE: Francisco de Assis Bastos Castro
ES: Aucemar José Goldner
GO: José Pereira Alves
MA: Raymundo Luiz de Barros
MT: Eros Sebastião da Silva
MS: Cássia Aparecida Martins de A.
MG: Mara Calabria
PA: Ângela Giugni da Silva Holanda
PB: Evando Ricardo da Silva
PR: Ademar Borges
PE: Maria Inez de Siqueira Britto Lima
PI: João Soares da Silva Sobrinho
RJ: Lizâneas Tavares
RN: Jonilson Carvalho de Oliveira
RS: Maria do Carmo da Costa Pimentel
RO: Ocenir Sanches
RR: Parimé Brasil
SC: Okir de Sieno
SP: Assunta Di Dea Bergamasco
SE: Jorge Lourenço Barros
TO: José Carlos Rêgo Morais



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Antônio Rodrigues de Sousa Neto
Vice-presidente Executivo Substituto: Nildo Manoel de Souza
Vice-presidente de Assuntos Fiscais: Carlos Roberto Bispo
Vice-presidente de Política de Classe: Maria Erbênia Ribas Camargo
Vice-presidente de Política Salarial: Marcelo Oliveira
Vice-presidente de Seguridade Social: José Avelino da Silva Neto
Vice-presidente de Aposentados e Pensionistas: Maruchia Mialik
Vice-presidente de Cultura Profissional: Rosana Escudero de Almeida
Vice-presidente de Serviços Assistenciais: Roswílcio José Moreira Góis
Vice-presidente de Assuntos Jurídicos: Margarida Lopes de Araújo
Vice-presidente de Administração: Misma Rosa Suhett
Vice-presidente de Patrimônio e Cadastro: Maria Salete Paz
Vice-presidente de Finanças: Durval Azevedo de Souza
Vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário: Luiz Mendes Bezerra
Vice-presidente de Relações Públicas: Maria Aparecida Fernandes Paes Leme
Vice-presidente de Assuntos Parlamentares: Rodolfo Fonseca dos Santos
Vice-presidente de Comunicação Social: Floriano Martins de Sá Neto
Vice-presidente de Relações Interassociativas: Aurora Maria Miranda Borges





XIX CONVENÇÃO NACIONAL

2003



REFORMA DA PREVIDÊNCIA EM PAUTA

AGRESSÕES AOS DIREITOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS E DA SOCIEDADE EM GERAL DÃO A TÔNICA DOS DEBATES DURANTE EVENTO

Com as constantes ameaças de precarização do serviço público, a XIX Convenção Nacional da ANFIP, realizada de 18 a 22 de maio de 2003, no Hotel Nacional, em Brasília (DF), foi marcada pela defesa da Previdência Social e do futuro da carreira de Auditor Fiscal da Previdência Social. Foi neste ano que a ANFIP passou a se chamar Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social. Neste período já se falava em reforma previdenciária, com graves agressões aos direitos dos servidores públicos e da sociedade em geral.

Especialistas levados pela ANFIP alertaram que reformas previdenciárias feitas em países da América Latina não reduziram os custos, nem atraíram mais contribuintes, além de não terem tornado o sistema mais eficiente. Pelo contrário, notou-se que os custos ficaram mais caros. “A reforma liquidou com as finanças públicas”, disse o pesquisador da Unicamp e consultor de organismos internacionais, Milko Matijascic, se referindo à reforma da Previdência feita pela Argentina.

Naquele período, a criação de um fundo de previdência complementar para o servidor público e o ataque ao funcionalismo já eram duramente criticados. “Há um grande risco de perda na velhice. Tudo indica que a previdência complementar será obrigatória para os atuais servidores. Isto representa risco não somente aos servidores, mas à nação. Iremos ficar pior do que a Argentina”, previa o especialista Magno Mello, outro convidado para os debates.

Os vários estudiosos e parlamentares que participaram da XIX Convenção Nacional também alertavam para a situação econômica do País e consideravam prioritários os aspectos sociais para qualquer reforma previdenciária.

As publicações daquela época também registram os depoimentos das diversas autoridades presentes no evento, ressaltando o intenso trabalho da ANFIP na defesa da Previdência e da Seguridade Social. “Uma categoria nacionalmente organizada como os Fiscais da Previdência sempre ajuda na reflexão do papel do Estado e da própria função da Auditoria Fiscal”, destacou o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini. “A ANFIP cumpre um papel fundamental no processo da melhoria das condições da Previdência Social do País”, avaliou o deputado Babá.

Nessa edição do evento, foram comemorados os 53 anos da ANFIP. As lutas e conquistas da Entidade foram lembradas, destacando a bravura e a respeitabilidade das mulheres e homens que fizeram a história da fiscalização previdenciária no Brasil.

As perspectivas e o futuro da carreira dos AFPS foram temas amplamente debatidos, com formação de grupo de trabalho para análise e formulação de propostas. A preocupação naquele momento era criar um novo órgão na administração direta capaz de desempenhar, com a autonomia necessária, as competências da Administração Tributária do governo federal, e os demais aspectos correlatos, indispensáveis ao seu funcionamento. 2003 foi o ano em que se propôs a criação de uma secretaria no âmbito do Ministério da Previdência Social, com uma estrutura de carreira em que o AFPS passaria a ser denominado Auditor Fiscal da Seguridade Social, com a atribuição de fiscalizar e arrecadar todas as contribuições destinadas ao financiamento da Seguridade Social.



“Os servidores públicos são presença indispensável na tarefa de construção e reconstrução nacional, embora nunca devidamente reconhecidos, mas sempre empenhados em servir, extraindo de nós mesmos o que de melhor temos a oferecer”. Essa foi a mensagem deixada pelo presidente da ANFIP, Rodolfo Fonseca dos Santos, aos participantes da Convenção.

CONSELHO FISCAL

Luiz Antonio Gitirana
Jonilson Carvalho de Oliveira
Luiz Gonzaga de Souza



CONSELHO DE REPRESENTANTES

AC: João Alves Moreira
AL: Guy Calheiros Gomes de Barros
AM: Miguel Arcanjo Simas Novo
AP: Cláudia Andréa Sagaz Agut
BA: Roswílcio José Moreira Góis
CE: Francisco de Assis Bastos Castro
DF: Léa Pereira de Mattos
ES: Aucemar José Goldner
GO: José Pereira Alves
MA: Antonio de Jesus Oliveira de Santana
MG: Lucio Avelino de Barros
MS: Maria Salete Paz
MT: Wilza do Carmo Soares
PA: Albenize Gatto Cerqueira
PB: Evando Ricardo da Silva
PE: Ângela Pereira Ramos
PI: João Soares da Silva Sobrinho
PR: Paulo de Freitas Radtke
RJ: Oswaldino Messias de Aragão
RN: Fernando Pires Homem de Siqueira
RO: Ocenir Sanches
RR: Parimé Brasil
RS: Maria do Carmo Costa Pimentel
SC: Okir de Sieno
SE: Jorge Lourenço Barros
SP: Assunta Di Dea Bergamasco
TO: José Carlos Rego de Moraes



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Rodolfo Fonseca dos Santos

Vice-presidente Executivo: José Avelino da Silva Neto

Vice-presidente de Assuntos Fiscais: Augusto Conte Soares Neto

Vice-presidente de Política de Classe: Jorge Luiz Raggio Carneiro

Vice-presidente de Política Salarial: Nildo Manoel de Souza

Vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social: Gilberto Nobre Cavalcante

Vice-presidente de Aposentados e Pensionistas: Misma Rosa Suhett

Vice-presidente de Administração: Benedito Cerqueira Seba

Vice-presidente de Finanças: Luiz Mendes Bezerra

Vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário: Durval Azevedo Sousa

Vice-presidente de Comunicação Social: Rodrigo da Costa Possas

Vice-presidente de Relações Públicas: Maria Aparecida Fernandes Paes Leme

Vice-presidente de Assuntos Parlamentares: Marcelo Oliveira

Vice-presidente de Assuntos Interassociativos: Paulo de Freitas Radtke

Vice-presidente de Assuntos Jurídicos: Margarida Lopes de Araújo

Vice-presidente de Cultura Profissional: Rosana Escudero de Almeida

Vice-presidente de Serviços Assistenciais: Aurora Maria Miranda Borges

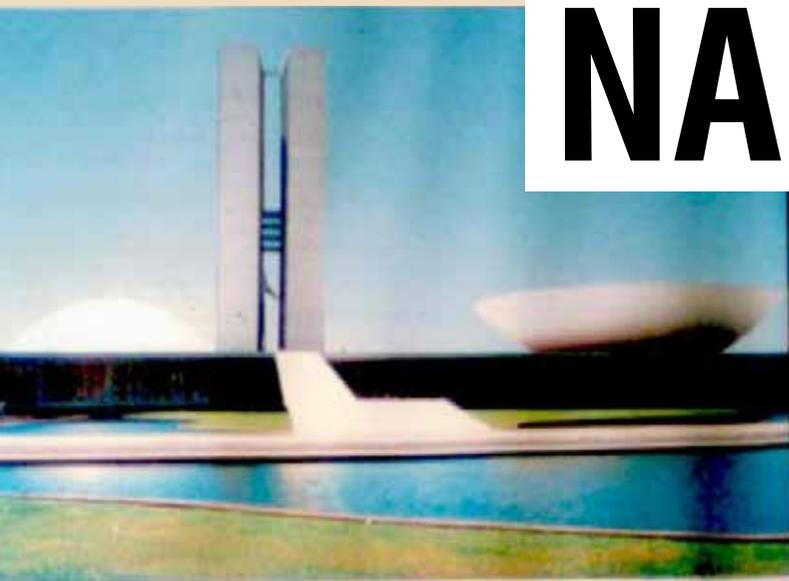
Vice-presidente de Patrimônio e Cadastro: Dulce Wilennbring de Lima





XX CONVENÇÃO NACIONAL

2005



ATUAÇÃO PARA ALÉM DA DEFESA DA CARREIRA

**INSTRUMENTO DA SOCIEDADE
NA DEFESA DA PREVIDÊNCIA E
DA SEGURIDADE SOCIAL,
ASSOCIAÇÃO ULTRAPASSA
BARREIRA DO CORPORATIVISMO**

“A entidade ultrapassou a barreira do corporativismo e hoje defende não apenas a categoria, como a Previdência Social e a sociedade brasileira.” Essa foi a avaliação dos participantes da XX Convenção Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social, realizada de 15 a 19 de maio de 2005, na capital federal. Naquele período, a reforma da Previdência estava na pauta de ações do governo. Diante disso, a preocupação da ANFIP era enfrentar os pontos que representavam prejuízo aos servidores públicos e aos trabalhadores do regime geral. “Na nova reforma, o governo pretende desvincular o reajuste do salário mínimo dos benefícios pagos pelo INSS; cobrar contribuição do trabalhador rural, e igualar as idades de aposentadoria de homem e mulher”, alertou o presidente da ANFIP, Marcelo Oliveira.

A Associação defendia que, qualquer que fosse o governo, em existindo reforma da Previdência Social, esta deveria, antes de tudo, promover a otimização da arrecadação (em vez de focar na redução de benefícios), fortalecer a Previdência Social

Pública e a Seguridade Social, respeitando sempre o direito adquirido e a expectativa de direitos.

A Previdência Complementar do servidor público foi outro tema que gerou muitas discussões, pois ainda não existiam definições políticas de como seriam os planos de benefício a serem instituídos.

Outro tema polêmico da XX Convenção Nacional foi a unificação dos fiscos federais. Representantes da Secretaria da Receita Federal, da Casa Civil e da Secretaria da Receita Previdenciária [criada em 2004] falaram sobre a nova administração tributária federal brasileira. Naquele momento, a ideia da fusão era unânime, com ressalvas para a escolha e a forma de provimento dos cargos, a fim de evitar ingerência política. O objetivo da unificação era melhorar e tornar o sistema mais eficiente.

Naquele ano, durante o evento, foram aprovadas 16 alterações estatutárias, apresentadas pela Comissão de Reforma e/ou Alterações Estatutárias, que envolviam direitos dos associados, competência do Conselho Fiscal, eleição dos membros do Conselho Executivo, alienação dos bens móveis da Associação e atividades da ANFIP, dentre outras.

Foi nesta edição que aconteceu também o lançamento do livro Coletânea de Estudos sobre Seguridade Social, escrito pelos associados Mário César Martins Fernandez, João Donadon e Elza Maria Riehs Suzuki, e publicado pela ANFIP e a Fundação ANFIP. O objetivo era fornecer informações sobre a Previdência Social pública e incentivar a efetiva participação da sociedade.



CONSELHO FISCAL

José Geraldo de Oliveira Ferraz
 Ênnio Magalhães Soares da Câmara
 Okir Desieno

**CONSELHO DE REPRESENTANTES**

AC: João Alves Moreira
AL: Francisco de Carvalho Melo
AM: Miguel Arcanjo Simas Novo
AP: Emir Cavalcante Furtado
BA: Roswílcio José Moreira Góis
CE: Manoel Eliseu de Almeida
DF: Amaro Miguel Leite
ES: Eucélia Maria Agrizzi Mergár
GO: José Rubens Batista
MA: Carlos Alberto Reis de Andrade
MG: Lúcio Avelino de Barros
MS: Cássia Aparecida Martins de A. Vedovatte
MT: José Caetano de Melo
PA: Albenize Gatto Cerqueira
PB: Maria Janeide da Costa Rodrigues e Silva
PE: Célia Vieira de Lima
PI: João Soares da Silva Sobrinho
PR: Paulo de Freitas Radtke
RJ: Clemilce Sanfim Cardoso A. de Carvalho
Rio Grande Norte: Amauri Soares de Souza
RO: Eduardo Guardiola Velloso
RR: Parimé Brasil
RS: Maria do Carmo Costa Pimentel
SC: Caetano Évora Silveira Neto
SP: Assunta Di Dea Bergamasco
SE: Luiz Gomes de Figueiredo
TO: José Carlos Rêgo Morais



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Marcelo Oliveira

Vice-presidente Executivo: Nildo Manoel de Souza

Vice-presidente de Assuntos Fiscais: Décio Bruno Lopes

Vice-presidente de Política de Classe: Augusto Conte Soares Neto

Vice-presidente de Política Salarial: Alfredo Miranda de Lemos

Vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social: Ovídio Palmeira Filho

Vice-presidente de Aposentados e Pensões: Misma Rosa Suhett

Vice-presidente de Cultura Profissional: Carmelina Calabrese

Vice-presidente de Serviços Assistenciais: Luiz Mendes Bezerra

Vice-presidente de Assuntos Jurídicos: Margarida Lopes de Araújo

Vice-presidente de Administração: Benedito Cerqueira Seba

Vice-presidente de Patrimônio e Cadastro: Eliane Josete Almeida de Souza

Vice-presidente de Finanças: José Avelino da Silva Neto

Vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário: Durval Azevedo Sousa

Vice-presidente de Comunicação Social: Rodrigo Costa Possas

Vice-presidente de Relações Públicas: Maria Aparecida Fernandes Paes Leme

Vice-presidente de Assuntos Parlamentares: Rodolfo Fonseca dos Santos

Vice-presidente de Assuntos Interassociativas: Mário César Martins Fernandez





XXI CONVENÇÃO NACIONAL

2007



UNIFICAÇÃO MARCA NOVA FASE DA CARREIRA

**CRIAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
PERMEIA PROGRAMAÇÃO DO EVENTO**

2007 foi um ano de grandes transformações para os Auditores Fiscais. Com a publicação da Lei nº 11.457, de 16 de março, nasceu a Receita Federal do Brasil e o cargo de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil. A nova estrutura foi criada a partir da unificação das secretarias da Receita Previdenciária e da Receita Federal. O fortalecimento da carreira e os desafios advindos com a fusão foram destaques da XXI Convenção Nacional da ANFIP [denominada a partir de então como Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil], que aconteceu de 20 a 24 de maio de 2007, no Hotel Nacional de Brasília (DF).

Para orientar os associados e informar sobre a nova estrutura da carreira, a ANFIP levou autoridades, especialistas e representantes do órgão para debater a integração das secretarias. “É importante construir uma instituição forte, competente e responsável”, avaliou o secretário-adjunto da RFB, Jânio Castanheira. Para ele, os principais desafios a enfrentar com a fusão são gestão de pessoas, tecnologia e logística.

Era consenso a necessidade de um trabalho permanente, unido e coeso dos Auditores Fiscais, independente do órgão de origem, visando a construção e o fortalecimento da instituição.

O processo de unificação teve início em 2005, com a edição de medida provisória que tratava da fusão do Fisco Federal. Depois, tramitou como Projeto de Lei nº 6.272/05, na Câmara dos Deputados, e como Projeto de Lei da Câmara nº 20/2006, no Senado Federal.

Para dar conhecimento aos associados das alterações na Administração Federal a partir da unificação, a ANFIP e a Fundação ANFIP publicaram a cartilha “Conheça a Estrutura da Receita Federal do Brasil”. A publicação reproduziu a Lei nº 11.457, que criou o novo órgão, e a Portaria nº 95, de 30 de abril de 2007, que aprovou o Regimento Interno da RFB, entre outros documentos.

Também fez parte dos debates da Convenção a proposta do governo em efetivar o regime de previdência complementar dos servidores públicos, que até então não existia, o que foi duramente criticada. Um grupo de trabalho instituído pela ANFIP e pela Fundação ANFIP atuou naquele período para evitar prejuízos para os servidores.

A reforma da Previdência Social foi mais uma vez abordada. O debate reforçou que “reformas não são panaceia para os problemas da Previdência Social e a saúde financeira do sistema está condicionada a fatores como crescimento econômico, expansão do mercado de trabalho e inclusão social”.

Outro destaque foi a participação do escritor e comentarista da rádio CBN, Max Gehringer. Pelo novo momento por que passavam os servidores, o especialista abordou questões sobre mudanças e criatividade. Momentos de reflexão que serviram de conforto para os que se sentiam insatisfeitos com a fusão das secretarias.

Esta foi a primeira Convenção com transmissão em tempo real, pela TV ANFIP, via internet, representando um marco na comunicação da Entidade. A mudança possibilitou o acompanhamento do evento em qualquer parte do mundo.

Autoridades marcaram presença na XXI Convenção Nacional. Pela RFB, o corregedor-geral, Antônio Carlos D’Ávila Carvalho; Valdir Moysés Simão, secretário-adjunto; o supervisor da área de fiscalização, Paulo Cardoso; a coordenadora-geral de Planejamento e Avaliação, Mara Lúcia Monteiro Vieira; e Moacir das Dores, da Cogep, dentre outros. Também participaram o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), José Augusto Delgado; o repre-



sentante da Casa Civil Luiz Alberto dos Santos; o senador Rodolpho Tourinho, que relatou o projeto de lei que deu origem à RFB; os economistas Guilherme Delgado, Raul Velloso e Carlos Lessa; o representante do governo argentino Henan Eduardo Pena; além parlamentares convidados e representantes de entidades parceiras.

CONSELHO FISCAL

Roswílcio José Moreira Góes
Albenize Gatto Cerqueira
Tarciso Cabral de Medeiros



CONSELHO DE REPRESENTANTES

AC: Heliomar Lunz
AL: Francisco de Carvalho Melo
AM: Miguel Arcanjo Simas Nôvo
AP: Emir Cavalcanti Furtado
BA: Luiz Antonio Gitirana
CE: Eliezer Xavier de Almeida
DF: Léa Pereira de Mattos
ES: Eucélia Maria Agrizzi Mergár
GO: Filoneto José dos Santos
MA: Carlos Alberto Reis de Andrade
MG: Afonso Ligório de Faria
MS: João de Brito Torres
MT: José Caetano de Melo
PA: Ênio Magalhães Soares da Câmara
PB: Maria Janeide da Costa Rodrigues e Silva
PE: Zélia Duarte Costa
PI: João Soares da Silva Sobrinho
PR: Ademar Borges
RJ: Alfredo Miranda de Lemos
RN: Jonilson Carvalho de Oliveira
RO: Ocenir Sanches
RR: André Luiz Spagnuolo Andrade
RS: Dulce Wilennbring de Lima
SC: Caetano Évora da Silveira Neto
SP: Pedro Augusto Sanchez
SE: Jorge Lourenço Barros
TO: Márcio Rosal Bezerra Barros



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Ovídio Palmeira Filho

Vice-presidente Executivo: Armando dos Santos

Vice-presidente de Assuntos Fiscais: Raul Chamadoiro Cabadas Filho

Vice-presidente de Política de Classe: Benedito Cerqueira Seba

Vice-presidente de Política Salarial: Maria do Carmo Costa Pimentel

Vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social: Marcelo Oliveira

Assessora de Aposentados e Pensionistas: Misma Rosa Suhett

Vice-presidente de Cultura Profissional: Assunta Di Dea Bergamasco

Vice-presidente de Serviços Assistenciais: Antonio Silvano Alencar de Almeida

Vice-presidente de Assuntos Jurídicos: Nildo Manoel de Souza

Vice-presidente de Patrimônio e Cadastro: João Alves Moreira

Vice-presidente de Administração: José Avelino da Silva Neto

Vice-presidente de Finanças: Josemar Jorge Cecatto Santos

Vice-presidente de Planejamento e controle Orçamentário: Décio Bruno Lopes

Vice-presidência de Comunicação Social: Rodrigo da Costa Possas

Vice-presidente de Relações Públicas: Maria Aparecida F. Paes Leme

Vice-presidente de Assuntos Parlamentares: Rodolfo Fonseca dos Santos

Vice-presidente de Relações Interassociativas: Augusto Conte Soares Neto





XXII CONVENÇÃO NACIONAL

2009



DESAFIOS APÓS UNIFICAÇÃO PREOCUPAM CONVENCIONAIS

REPRESENTANTES DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL ABORDAM TRANSIÇÃO, DESAFIOS E PLANEJAMENTO FISCAL DO NOVO ÓRGÃO

A reestruturação da Receita Federal do Brasil (RFB), com o processo de fusão das secretarias da Receita Federal e Previdenciária, foi pauta da XXII Convenção Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, realizada de 18 a 21 de maio de 2009, no Hotel Nacional, em Brasília (DF). A nova organização e a estrutura foram criadas por meio da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007. Durante o evento, autoridades do órgão abordaram a situação da transição, os desafios e o planejamento fiscal do novo órgão.

Os representantes da RFB falaram sobre o processo de unificação e reconhecimento dos servidores, já que se tratavam de duas culturas fortes e saudáveis que foram colocadas lado a lado. Segundo o coordenador-geral de Fiscalização, Rogério Geremia, que representou a secretaria da RFB, Lina Maria Vieira, primeiramente, foi preciso fazer uma justaposição das secretarias. Depois, concluiu-se que a unificação não funcionaria e que era preciso realmente fazer a fusão.

A ANFIP sempre atuou e defendeu a unificação do Fisco. Para a Entidade, a mudança fortaleceu o órgão, que se tornou mais moderno, eficaz e apto a propiciar melhorias para a vida do contribuinte. Dado o primeiro passo, passou-se a discutir a transição, que aconteceu após longo caminho percorrido. Naquele momento, o importante era

canalizar todos os esforços e aproveitar o melhor das duas casas, principalmente num momento em que a economia mundial não estava bem.

Autonomia do Fisco – O ministro de Estado da Advocacia-Geral da União (AGU), José Antônio Dias Toffoli, abordou as alterações trazidas com a Emenda Constitucional (EC) nº 42, promulgada em dezembro de 2003, para a carreira de Administração Tributária, inserindo-a no texto constitucional como atividade essencial do Estado.

Para ele, o Estado deve ter uma máquina de arrecadação eficiente e autônoma, respeitando os direitos de liberdade e de igualdade. “Muito mais do que ter uma autonomia colocada na Constituição Federal, uma instituição se faz grande pela sua competência, pelo seu mérito, pela sua atividade, pela sua excelência do trabalho”, afirmou Toffoli, além de defender a valorização e a autonomia da atividade de Auditoria Fiscal.

A ANFIP, em toda a sua história, sempre defendeu a autonomia do Fisco para o fortalecimento do Estado e a arrecadação tributária como forma de defesa do cidadão e para implementação de políticas públicas.

Nessa edição, os participantes da XXII Convenção Nacional puderam contar, pela primeira vez, com estande para atendimento jurídico, num espaço reservado aos associados para que pudessem se informar e tirar dúvidas sobre as ações judiciais movidas pela Associação.

O plenário participou ativamente dos debates e aprovou o relatório final da Comissão de Teses, contendo 13 das 19 teses analisadas pela comissão. Nas propostas aprovadas foram abordados diversos temas, como reestruturação da RFB, reavaliação da atuação da ANFIP e Regionais, a defesa da extinção do fator previdenciário e o acompanhamento mais eficiente da reforma tributária. Os convencionais também aprovaram uma proposta de diretrizes de



atuação da Entidade, atendendo ao disposto no artigo 28 do Estatuto da ANFIP, com indicação de ações a serem desenvolvidas. Já a Comissão de Reforma Estatutária teve seu relatório final aprovado em plenário contendo 60 das 91 propostas apresentadas, 37 com emendas.

CONSELHO FISCAL

Carlos Roberto Bispo
Jorge Cezar Costa
Ari Gonzaga de Lellis



CONSELHO DE REPRESENTANTES

AC: Heliomar Lunz
AL: Francisco de Carvalho Melo
AM: Cleide Almeida Nôvo
AP: Emir Cavalcanti Furtado
BA: Luiz Antonio Gitirana
CE: José Pereira do Nascimento
DF: Léa Pereira de Mattos
ES: Rozinete Bissoli Guerini
GO: Nilo Sérgio de Lima
MA: Ana Mickelina Barbosa Carreira
MG: Lucio Avelino de Barros
MS: Cassia Aparecida Martins de Assis Vedovatte
MT: Manoel de Matos Ferraz
PA: Maria Oneyde Santos
PB: Lucimar Ramos de Lima Ramalho
PE: Abias Amorim Costa
PI: Guilhermano Pires Ferreira Correa
PR: Ademar Borges
RJ: Sérgio Wehbe Baptista
RN: Maria Aparecida Fernandes Paes Leme
RO: Eni Paizanti de Laia
RR: André Luiz Spagnuolo Andrade
RS: Dulce Wilennbring de Lima
SC: Pedro Dittrich Junior
SE: Jorge Lourenço Barros
SP: Margarida Lopes de Araújo
TO: Márcio Rosal Bezerra Barros



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Assunta Di Dea Bergamasco

Vice-presidente Executivo: João Laércio Gagliardi Fernandes

Vice-presidente de Assuntos Fiscais: Fábio Galízia Ribeiro de Campos

Vice-presidente de Política de Classe e Relações Interassociativas: Maria do Carmo Costa Pimentel

Vice-presidente de Política Salarial: Marcelo Oliveira

Vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social: Sandra Tereza Paiva Miranda

Vice-presidente de Cultura Profissional: Armando dos Santos

Vice-presidente de Serviços Assistenciais: Antonio Silvano Alencar de Almeida

Vice-presidente de Aposentadorias e Pensões: Nildo Manoel de Souza

Vice-presidente de Assuntos Jurídicos: Manoel Eliseu de Almeida

Vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários: Miguel Arcanjo Simas Nôvo

Vice-presidente de Administração, Patrimônio e Cadastro: João Alves Moreira

Vice-presidente de Finanças: Luiz Mendes Bezerra

Vice-presidente de Planejamento e controle Orçamentário: Eucélia Maria Agrizzi Mergar

Vice-presidência de Comunicação Social: Ovídio Palmeira Filho

Vice-presidente de Relações Públicas: Maruchia Mialik

Vice-presidente de Assuntos Parlamentares: Rodrigo da Costa Possas

Vice-presidente de Tecnologia da Informação: Maria Bernadete Sampaio Bello





XXIII CONVENÇÃO NACIONAL

2011



CONVENCIONAIS DISCUTEM TRABALHO DO AUDITOR FISCAL

**EVENTO REAFIRMA MISSÃO E
COMPROMISSO DA ANFIP COM A
SEGURIDADE SOCIAL, A DEFESA DA
SOCIEDADE E A JUSTIÇA FISCAL**

Gramado foi a cidade sede da XXIII Convenção Nacional da ANFIP, realizada de 14 a 17 de maio de 2011, no Hotel Serra Azul. O principal encontro político da ANFIP contou com a presença de 1.409 participantes. A TV ANFIP fez a cobertura com transmissão ao vivo do evento, o que possibilitou que mais pessoas ainda pudessem acompanhar toda a programação.

A eleição dos conselheiros da Entidade foi realizada durante a Convenção. Nesse ano, foram escolhidos para o mandato de dois anos os membros titulares e suplentes dos Conselhos Executivo e Fiscal, sendo o associado Álvaro Sólton de França, de Goiás, eleito presidente. A posse dos novos dirigentes também se deu durante a Convenção Nacional, numa solenidade que reafirmou a missão e o compromisso da ANFIP com a Seguridade Social, a defesa da sociedade e da justiça fiscal. “Não podemos mais conviver com um modelo tributário que oprime quem trabalha e que traz grandes benefícios para o recurso financeiro internacional”, disse o presidente eleito.

Também em defesa da Previdência Social, durante sua exposição, o secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdên-

cia Social, Leonardo José Rolim Guimarães, confirmou que o regime geral urbano é superavitário e, em 2010, fechou com saldo positivo de R\$ 7,7 bilhões. Ao avaliar os desafios do sistema, o secretário destacou a inclusão previdenciária. Segundo ele, dos trabalhadores ocupados em 2009, 33% não tinham cobertura da Previdência.

Os participantes ainda aproveitaram a XXIII Convenção Nacional para assinar o abaixo-assinado organizado pela ANFIP sobre a PEC 443/2009, para incluir os Auditores Fiscais entre as carreiras jurídicas de Estado. O documento com as assinaturas foi encaminhado à Presidência da Câmara dos Deputados, onde tramitou a proposta.

Outra demanda pendente era a confecção das carteiras funcionais. Os convencionais aproveitaram a presença do secretário da RFB, Carlos Alberto Freitas Barreto, para lhe entregar um abaixo-assinado solicitando o documento. Em sinal de apoio à medida, Barreto subscreveu o abaixo-assinado. Ainda naquela época o documento não havia sido disponibilizado e a ANFIP realizou constante trabalho para cobrar a emissão da carteira funcional, que representava uma luta antiga da Associação.

Durante a instalação dos trabalhos, os coordenadores dos Conselhos de Representantes e Fiscal apresentaram explicações gerais sobre o funcionamento da Convenção e ainda a situação financeira da ANFIP.

Ainda durante a edição do evento em Gramado (RS), a ANFIP lançou duas publicações: “Análise da Seguridade Social em 2010” e “Servidores Públicos, Aposentadorias e Pensões - Principais Regras”. Os livros foram entregues aos participantes no estande da Entidade e também disponibilizado no site da Associação.



Também foi apresentado aos convenccionais o Manual da Comunicação Social, que estabelecia parâmetros direcionados ao trabalho da Vice-Presidência de Comunicação Social, bem como sua relação com os demais setores da ANFIP.

CONSELHO FISCAL

Luiz Antonio Gitirana
Nilo Sérgio de Lima
Jonilson Carvalho de Oliveira



CONSELHO DE REPRESENTANTES

AC: Heliomar Lunz
AL: André Vilaça dos Santos
AM: Miguel Arcanjo Simas Novo
AP: Emir Cavalcanti Furtado
BA: Raimundo João Duailibe
CE: Noé de Freitas Júnior
DF: Floriano Martins de Sá Neto
ES: Rozinete Bissoli Guerini
GO: Carlos José de Castro
MA: Antonio de Jesus Oliveira Santana
MG: Afonso Ligório de Faria
MS: Cássia Aparecida M. de A. Vedovatte
MT: Manoel de Matos Ferraz
PA: Avelina Marinho de Oliveira
PB: Lucimar Ramos de Lima Ramalho
PE: Paulo Correia de Melo
PI: Lourival de Melo Lobo
PR: Márcio Humberto Gheller
RJ: João Barros Padilha
RN: Maria Aparecida Fernandes Paes Leme
RO: Eni Paizanti L. Ferreira
RR: André Luiz Spagnuolo Andrade
RS: Marville Taffarel
SC: Pedro Dittrich
SE: Manoel Alves Gomes
SP: Margarida Lopes de Araújo
TO: Francisco Raia



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Jorge Cezar Costa

Vice-presidente Executiva: Eucélia Maria Agrizzi Mergár

Vice-presidente de Assuntos Fiscais: José Roberto Pimentel Teixeira

Vice-presidente de Política de Classe: Maria do Carmo Costa Pimentel

Vice-presidente de Política Salarial: Maria Bernadete Sampaio Bello

Vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social: Floriano José Martins

Vice-presidente de Aposentadorias e Pensões: José Avelino da Silva Neto

Vice-presidente de Cultura Profissional e Relações Interassociativas: Ana Mickelina Barbosa Carreira

Vice-presidente de Serviços Assistenciais: Antônio Silvano Alencar de Almeida

Vice-presidente de Assuntos Jurídicos: Manoel Eliseu de Almeida

Vice-presidente de Administração, Patrimônio e Cadastro: João Alves Moreira

Vice-presidente de Finanças: Luiz Mendes Bezerra

Vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário: Ademar Borges

Vice-presidente de Comunicação Social: Rosana Escudero de Almeida

Vice-presidente de Relações Públicas: Maria Inez Rezende dos Santos Maranhão

Vice-presidente de Assuntos Parlamentares: Assunta Di Dea Bergamasco

Vice-presidente de Tecnologia da Informação: Fábio Galizia Ribeiro de Campos

Vice-presidente de Estudos de Assuntos Tributários: Décio Bruno Lopes





XXIV CONVENÇÃO NACIONAL

2013



CONVENÇÃO IMPLANTA ELEIÇÃO DIRETA

**EVENTO MARCA RECONHECIMENTO DA ANFIP
COMO GRANDE DEFENSORA DOS PRECEITOS
CONSTITUCIONAIS E INICIA PROCESSO DE
FORTALECIMENTO ASSOCIATIVO**

A XXIV Convenção Nacional da ANFIP, realizada em Manaus (AM), de 25 a 28 de maio de 2013, foi um sucesso. Quase mil associados estiveram na capital amazonense para participar do processo de definição dos candidatos aos Conselhos Executivo e Fiscal, que marcou o início do processo das primeiras eleições diretas da Entidade, e para acompanhar palestras e debates, encabeçados por nomes como o ex-ministro do STF Carlos Ayres Brito, o psiquiatra e escritor Augusto Cury e o médico Euler Esteves Ribeiro. Os associados da ANFIP também participaram de sorteios de prêmios e acompanharam painéis sobre as ações da Associação nos campos institucional e jurídico.

O presidente da Entidade, Álvaro Sólon de França, fez uma análise das ações da ANFIP ao longo de sua história. “O que faz uma entidade grande e respeitada?” questionou, respondendo em seguida: “O que faz uma entidade respeitada aos seus 63 anos são seus princípios. E esses princípios, construídos ao longo do tempo, começam com a defesa intransigente dos legítimos direitos dos seus associados, como também com os legítimos interesses da sociedade que ela representa. A ANFIP tem compromisso com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, que luta para reduzir as suas desigualdades”.

Sólon enfatizou ainda: “Trabalhamos com uma Entidade fundamental

para construir todos os objetivos estampados na Carta Magna e tenho dito que, assim como as pessoas têm alma, a nação tem alma e a alma da nação brasileira é a Seguridade Social. Por isso, tenho orgulho de estar em uma entidade que tem compromisso com a Seguridade Social.”

Foi na XXIV Convenção que a ANFIP encerrou uma grande campanha de cadastramento de seus associados intitulada “Sua Vida Roda Melhor com a ANFIP”, que realizou, ao longo do ano, sorteios entre os participantes. O último sorteio foi de um HB20, tendo como ganhador o associado Aldízio Leite Bezerra, morador de Fortaleza (CE). Antes dele, quatro associados foram contemplados em dois sorteios com dois iPads, uma TV de LED e uma viagem com acompanhante para a Convenção de Manaus.

Com a definição de que haveria apenas uma chapa na disputa da eleição direta para o Conselho Executivo da ANFIP, com votação marcada para 10 de julho de 2013, foi feita a apresentação oficial dos candidatos da chapa “ANFIP, união e compromisso” ao plenário da Convenção.

A candidata a presidente, Margarida Lopes de Araújo (SP), que assumiu o Conselho em eleição posterior, elogiou a organização da Convenção Nacional e o empenho dos membros dos Conselhos Executivo, Fiscal e de Representantes para a realização do evento. “Quero, em nome dos 23 componentes (18 titulares e cinco suplentes), firmar o nosso compromisso em disponibilizar o melhor dos nossos esforços, inteligência e desprendimento na continuidade dos trabalhos desenvolvidos pelo atual conselho, entendendo que a ANFIP só é grande, só é forte e reconhecida pela sociedade porque nunca olhou somente para os problemas da nossa categoria, sempre foi mais além, olhando para as pessoas, para os trabalhadores”, disse.



CONSELHO FISCAL

Luiz Carlos Correia Braga
 Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade
 Durval Azevedo Sousa

**CONSELHO DE REPRESENTANTES**

AC: Heliomar Lunz
AL: André Vilaça dos Santos
AM: Cleide Almeida Novo
AP: Emir Cavalcanti Furtado
BA: Raimundo João Duailibe
CE: Givanildo Aquino da Silva
DF: Floriano Martins de Sá Neto
ES: José Geraldo de Oliveira Ferraz
GO: Carlos José de Castro
MA: Antonio de Jesus Oliveira de Santana
MG: Ilva Maria Franca Lauria
MS: Vanderlei Veiga Tessari
MT: Wilza do Carmo Pereira
PA: Ênio Magalhães Soares da Câmara
PB: Dijanete de Souza Lima
PE: Luiz Mendes Bezerra
PI: Lourival de Melo Lobo
PR: Ademar Borges
RJ: Sérgio Wehbe Baptista
RN: Jonilson Carvalho de Oliveira
RO: Eni Ferreira de Laia Paizanti
RR: André Luiz Spagnuolo Andrade
RS: Marville Taffarel
SC: Carlos Alberto de Souza
SE: Jorge Lourenço Barros
SP: Ariovaldo Cirelo
TO: José Carlos Rego Morais



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Álvaro Sólon de França

Vice-presidente Executivo: Floriano José Martins

Vice-presidente de Assuntos Fiscais: José Roberto Pimentel Teixeira

Vice-presidente de Política de Classe: Maria do Carmo Costa Pimentel

Vice-presidente de Política Salarial: Benedito Leite Sobrinho

Vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social: Roswílcio José Moreira Góes

Vice-presidente de Aposentadorias e Pensões: Léa Pereira de Matos

Vice-presidente de Cultura Profissional e Relações Interassociativas: Ana Mickelina Barbosa Carreira

Vice-presidente de Serviços Assistenciais: Eucélia Maria Agrizzi Mergár

Vice-presidente de Assuntos Jurídicos: Márcio Humberto Gheller

Vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários: Miguel Arcanjo Simas Novo

Vice-presidente de Administração, Patrimônio e Cadastro: Rosana Escudero de Almeida

Vice-presidente de Finanças: Josemar Cecatto Santos

Vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário: José Tibúrcio Tabosa

Vice-presidente de Comunicação Social: Jeziel Tadeu Fior

Vice-presidente de Relações Públicas: João Laércio Gagliardi Fernandes

Vice-presidente de Assuntos Parlamentares: Jorge Cezar Costa

Vice-presidente de Tecnologia da Informação: Marcos Rogério Alves Ribeiro





XXV CONVENÇÃO NACIONAL

2015



REAFIRMADO COMPROMISSO COM FUTURO DA CARREIRA

AJUSTE FISCAL ENTRA NA PAUTA DO GOVERNO E ANFIP BUSCA JUNTO À RECEITA FEDERAL DO BRASIL MEDIDAS PARA FORTALECIMENTO DO ÓRGÃO

A XXV edição da Convenção Nacional da ANFIP, realizada de 23 a 26 de maio de 2015, em Maceió (AL), foi mais um grande evento que entrou para a história da Associação. Foi registrada a presença de mais de mil participantes que, além de debater os temas essenciais para o processo de decisão do futuro da Entidade, aproveitaram a oportunidade para conhecer um pouco da cultura local e de reencontrar colegas de todo o Brasil. Os debates aconteceram no Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso.

À frente da ANFIP, a presidente Margarida Lopes de Araújo ressaltou a importância daquela edição do evento, por ser a última organizada fora de Brasília, já que, por decisão dos associados na Convenção Nacional de Manaus, em 2013, as seguintes seriam realizadas exclusivamente em Brasília. Naquele ano, a Associação completou 65 anos e Margarida Lopes reforçou o compromisso da Entidade de continuar lutando pelos interesses dos associados e por uma sociedade mais justa e igualitária. Outro destaque foi a participação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello. Em sua palestra, o ministro destacou a necessidade de a Constituição Federal ser respeitada por todos e enfatizou que essa missão não cabia apenas ao povo, mas, aos legisladores, que deveriam estar mais aten-

tos ao sistema jurídico brasileiro. Já o secretário-adjunto da Receita Federal do Brasil (RFB), Luiz Fernando Teixeira Nunes, apresentou um panorama da RFB sobre os aspectos da arrecadação e da fiscalização, gestão de pessoas, convocação de concursados excedentes e remuneração.

Foram abordados ainda diversos temas de interesse da categoria, como a legitimidade das associações de servidores públicos, com apresentação da desembargadora federal Daldice Maria Santana de Almeida e do desembargador federal Rogério Favreto. Sobre educação financeira, o Vice-presidente de Assuntos Fiscais da ANFIP, Vanderley José Maçaneiro, dividiu a exposição com o engenheiro e sócio diretor da CTM Investimentos, André Daniel Hayashi. Foi realizada palestra motivacional, com Adriana Albuquerque, e a honrosa exposição de Maria da Penha Maia Fernandes, símbolo do combate à violência contra a mulher, que motivou a Lei Maria da Penha.

Naquele ano, duas chapas se inscreveram para concorrer às eleições do novo Conselho Executivo, assim como os candidatos ao Conselho Fiscal. As eleições aconteceram no dia 8 de julho de 2015, com voto direto dos associados, quando foi eleita a Chapa 2: Transparência, Ética e Participação, encabeçada por Vilson Antonio Romero.

O plenário da Convenção Nacional ainda aprovou uma moção de reconhecimento e solidariedade ao ex-presidente da ANFIP Pedro Dittrich Junior, que, por 46 anos, esteve presente em todas as Convenções da ANFIP, mas que não pôde ir à XXV edição, por motivo de saúde. Dittrich veio a falecer em dezembro daquele ano.

O evento contou ainda com a participação do presidente da Afipal, André Vilaça, anfitrião do evento; do de-



putado estadual Ronaldo Medeiros (PT); da presidente da Fundação ANFIP, Aurora Maria Miranda Borges; de Adriana Toledo, representando o prefeito de Macaíó, Rui Palmeira; dos presidentes do Mosap, Cobap, Sindifisco Nacional, Anprev, Fonacate e representantes governamentais.

CONSELHO FISCAL

Carlos Roberto Bispo
Rita de Cássia Cavalcanti Couto
Paulo de Freitas Radtke



CONSELHO DE REPRESENTANTES

AC: Heliomar Lunz
AL: André Vilaça dos Santos
AM: Miguel Arcanjo Simas Nôvo
BA: Luiz Antonio Gitirana
CE: Givanildo Aquino da Silva
DF: Léa Pereira de Mattos
ES: José Geraldo de Oliveira Ferraz
GO: Crésio Pereira de Freitas
MA: Maria de Fátima Moraes dos Santos
MG: Afonso Ligório de Faria
MS: Isabel Nascimento Elias Pereira
PA: Albenize Gatto Cerqueira
PB: Dijanete de Souza Lima
PE: Luiz Mendes Bezerra
PI: Osmar Escorcio de Carvalho
PR: Ademar Borges
RJ: Maria Ana da Silva
RN: Jonilson Carvalho de Oliveira
RO: Eni Paizanti de Laia
RR: André Luiz Spagnuolo Andrade
RS: Tânia Maria Faria Garcia
SC: Floriano José Martins
SE: Jorge Lourenço Barros
SP: Walter Moraes Gallo
TO: José Carlos Rego Morais



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Margarida Lopes de Araújo

Vice-presidente Executivo: Vilson Antonio Romero

Vice-presidente de Assuntos Fiscais: Vanderley José Maçaneiro

Vice-presidente de Política de Classe: Jorge Cezar Costa

Vice-presidente de Política Salarial: João Laércio Gagliardi Fernandes

Vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social: Tereza Liduína Santiago Félix

Vice-presidente de Aposentadorias e Pensões: Misma Rosa Suhett

Vice-presidente de Cultura Profissional e Relações Interassociativas: Maruchia Mialik

Vice-presidente de Serviços Assistenciais: José de Carvalho Filho

Vice-presidente de Assuntos Jurídicos: Renato Albano Junior

Vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários: Marluce do Socorro da Silva Soares

Vice-presidente de Administração, Patrimônio e Cadastro: Carlos José de Castro

Vice-presidente de Finanças: João Alves Moreira

Vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário: Dulce Wilennbring de Lima

Vice-presidente de Comunicação Social: Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade

Vice-presidente de Assuntos Parlamentares: Floriano Martins de Sá Neto

Vice-presidente de Relações Públicas: Maria Aparecida Fernandes Paes Leme

Vice-presidente de Tecnologia da Informação: Roswílcio Jose Moreira Góes





XXVI CONVENÇÃO NACIONAL

2017



ANFIP É CONTRAPONTO DE DEBATE SOCIAL

**PROFUNDA CRISE ECONÔMICA, POLÍTICA
E ÉTICA, E INTENSAS REFORMAS
CONSTITUCIONAIS LEVARAM A
SOCIEDADE À PERDA DE DIREITOS**

A XXVI Convenção Nacional da ANFIP foi realizada no Centro de Eventos Brasil 21, em Brasília (DF), de 20 a 23 de maio de 2017. Um ano marcado por uma profunda crise econômica, política e ética, de intensas reformas constitucionais que levaram a sociedade à perda de direitos. Um ano em que a ANFIP se tornou o principal contraponto do debate, sendo acionada em todas as frentes para defender a Seguridade Social.

Esse cenário refletiu diretamente na Convenção. Já na abertura do evento, a crise pontuou todos os discursos proferidos. O presidente Wilson Romero criticou duramente as reformas que retiraram direitos dos trabalhadores e chamou os participantes para uma reflexão sobre o momento do país. “Lamentavelmente, há um intenso e inapagável ar de menosprezo ao governo, suas estatais e à sociedade como um todo”, disse.

Já o senador Paulo Paim (PT/RS) relatou sua forte ligação com a Entidade. “As futuras gerações saberão o que a ANFIP está fazendo hoje. Ela ainda estará à frente das grandes batalhas em defesa do povo brasileiro”, enfatizou. A parceria ao longo dos anos foi lembrada por Paim, entre elas a que marcou o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência, que, em 2017, desenvolveu uma profunda análise de todo o sistema previdenciário.

A deputada Érika Kokay (PT/DF) registrou a importância do trabalho da ANFIP, principalmente com a contribuição de estudos e dados que subsidiam a defesa da Previdência Social. Já o secretário de Previdência, Marcelo Caetano, parabenizou a ANFIP: “Uma instituição de luta histórica. A Previdência foi mudando, a carreira também, e a ANFIP foi evoluindo”.

Dentre as palestras realizadas, destaque para o psicanalista clínico, mestre em Educação e consultor máster, Homero Reis. Para entender os problemas atuais do mundo, Reis chamou os participantes a fazer uma reflexão sobre as mudanças dos últimos 40 anos, como a evolução tecnológica.

A reforma da Previdência foi debatida no painel “A reforma da Previdência e seus efeitos”, pelo consultor legislativo do Senado Federal Luiz Alberto dos Santos, pelo economista e professor da Unicamp Eduardo Fagnani e pelo coordenador-adjunto do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clóvis Scherer.

A ANFIP recebeu o coordenador da Coordenação-geral de Pesquisa e Investigação (Copei) da Receita Federal do Brasil, Gerson Schaan, e o delegado da Polícia Federal Carlos Sobral para debater “Medidas de Combate à Corrupção”.

A reforma Tributária, que ganhou amplitude nos debates feitos pela Entidade, também foi item da pauta. Para falar sobre o assunto, estiveram na Convenção o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), relator da reforma Tributária na Câmara dos Deputados, e, fazendo contraponto ao debate, o presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), Charles Alcantara.

Foi na XXVI Convenção que a ANFIP lançou a publicação eletrônica Acórdãos Selecionados - Temas Relevantes Volumes I, II e III (Partes: 1, 2 e 3) com a presença do presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), Carlos Alberto Barreto.



O evento marcou um novo avanço tecnológico para os convencionais. Além da transmissão ao vivo feita pelo Facebook, a ANFIP implantou, em plenário, a votação eletrônica instantânea. O voto foi feito por meio de um aparelho que automaticamente contabilizou e divulgou em um telão o resultado das decisões.

CONSELHO FISCAL

Maria Geralda Vitor
Márcia Irene Cancio Mello Werneck
Amauri Soares de Souza



CONSELHO DE REPRESENTANTES

AC: Heliomar Lunz
AL: Lindenbergue Fernando de Almeida
AM: Cleide de Almeida Nôvo
AP: Emir Cavalcanti Furtado
BA: José Antonio Moreira Icó da Silva
CE: Tereza Liduína Félix
DF: Maria José de Paula Moraes
ES: Rozinete Bissoli Guerini
GO: Crésio Pereira de Freitas
MA: Antonio de Oliveira Santana
MT: Benedito Cerqueira Seba
MS: Isabel Nascimento Elias Pereira
MG: Ilva Maria Franca Lauria
PA: Maria Oneyde Santos
PB: Maria dos Remédios Bandeira
PE: Rita de Cássia Cavalcanti Couto
PI: Lourival de Melo Lobo
PR: Ademar Borges
RJ: José Arinaldo Gonçalves Ferreira
RN: Maria Aparecida Fernandes Paes Leme
RO: Francisco Raia
RR: André Luiz Spagnuolo Andrade
RS: Cesar Roxo Machado
SC: Luiz Carlos Aguiar da Silva
SE: Jorge Cezar Costa
SP: Sandra Tereza Paiva Miranda
TO: José Carlos Rego Morais



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Vilson Antonio Romero

Vice-presidente Executivo: Carmelina Calabrese

Vice-presidente de Assuntos Fiscais: Miguel Arcanjo Simas Nôvo

Vice-presidente Política de Classe: Floriano Martins de Sá Neto

Vice-presidente de Política Salarial: Antônio Silvano Alencar de Almeida

Vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social: Décio Bruno Lopes

Vice-presidente de Aposentadorias e Pensões: Misma Rosa Suhett

Vice-presidente de Cultura Profissional e Relações Interassociativas: Creusa Dantas Gama

Vice-presidente de Serviços Assistenciais: Dulce Wilennbring de Lima

Vice-presidente de Assuntos Jurídicos: Renato Albano Júnior

Vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários: Manoel Eliseu de Almeida

Vice-presidente de Administração, Patrimônio e Cadastro: Carlos José de Castro

Vice-presidente de Finanças: João Alves Moreira

Vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário: Carlos Alberto de Souza

Vice-presidente de Comunicação Social: Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade

Vice-presidente de Relações Públicas: Maruchia Mialik

Vice-presidente de Assuntos Parlamentares: João Laércio Gagliardi Fernandes

Vice-presidente de Tecnologia da Informação: Paulo Correia de Melo





I CONVENÇÃO NACIONAL EXTRAORDINÁRIA

2008



CONSELHEIROS DELIBERAM PAUTA ESPECÍFICA

NA I CONVENÇÃO EXTRAORDINÁRIA, CONSELHEIROS E CONVENCIONAIS VOTARAM ITENS IMPORTANTES PARA A FUNCIONALIDADE DA ASSOCIAÇÃO, COMO O AJUSTE NAS MENSALIDADES

A I Convenção Nacional Extraordinária, realizada pela ANFIP nos dias 11 e 12 de julho de 2008, em Brasília –já que o Estatuto determina sua realização na cidade

sede da Associação–, reuniu os conselhos Executivo, de Representantes e Fiscal, juntamente com os convencionais eleitos na XXI Convenção Nacional, para deliberar sobre o ajuste da mensalidade associativa, o foro da entidade no âmbito nacional e a forma de consignações das Associações Estaduais. A delimitação dos temas acontece porque a Convenção Extraordinária só pode deliberar pauta específica, já definida no momento de sua convocação.

Os debates sobre o ajuste na mensalidade associativa ocorreram em decorrência da instituição do subsídio como forma de remuneração dos Auditores Fiscais. Desde 2003 a Entidade não reajustava sua mensalidade, redundando, daquele período até junho de 2008, numa defasagem de 111%. Já a proposta de alteração do foro da ANFIP não foi aprovada por falta de quórum. Os conselheiros puderam discutir o assunto, inclusive com esclarecimentos jurídicos. O último item da pauta tratou da discussão sobre a forma de consignações das Associações Estaduais. A Convenção aprovou a redação do artigo 18 do Estatuto, que trata da receita orçamentária da Entidade.



CONSELHO FISCAL

Carlos Roberto Bispo
 Jorge Cezar Costa
 Ary Gonzaga de Lellis



CONSELHO DE REPRESENTANTES

- AC:** Heliomar Lunz
- AL:** Francisco de Carvalho Melo
- AP:** Emir Cavalcanti Furtado
- AM:** Cleide Almeida Nôvo
- BA:** Luiz Antonio Gitirana
- CE:** José Pereira do Nascimento
- DF:** Léa Pereira de Mattos
- ES:** Rozinete Bissoli Guerini
- GO:** Nilo Sérgio de Lima
- MA:** Ana Mickelina Barbosa Carreira
- MT:** Manoel de Matos Ferraz
- MS:** Cassia Aparecida Martins de Assis Vedovatte
- MG:** Lucio Avelino de Barros
- PA:** Maria Oneyde Santos
- PB:** Maria Janeide da Costa Rodrigues e Silva
- PR:** Ademar Borges
- PE:** Abias Amorim Costa
- PI:** Guilhermano Pires Ferreira Correa
- RJ:** Alfredo Miranda de Lemos
- RN:** Maria Aparecida Fernandes Paes Leme
- RS:** Dulce Wilennbring de Lima
- RO:** Eni Paizanti de Laia
- RR:** André Luiz Spagnuolo Andrade
- SC:** Pedro Dittrich Junior
- SP:** Edgard dos Santos
- SE:** Jorge Lourenço Barros
- TO:** Márcio Rosal Bezerra Barros



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Assunta Di Dea Bergamasco

Vice-presidente Executivo: João Laércio Gagliardi Fernandes

Vice-presidente de Assuntos Fiscais: Fábio Galízia Ribeiro de Campos

Vice-presidente de Política de Classe e Relações Interassociativas: Maria do Carmo Costa Pimentel

Vice-presidente de Política Salarial: Marcelo Oliveira

Vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social: Sandra Tereza Paiva Miranda

Vice-presidente de Cultura Profissional: Armando dos Santos

Vice-presidente de Serviços Assistenciais: Antonio Silvano Alencar de Almeida

Vice-presidente de Aposentadorias e Pensões: Nildo Manoel de Souza

Vice-presidente de Assuntos Jurídicos: Manoel Eliseu de Almeida

Vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários: Miguel Arcanjo Simas Nôvo

Vice-presidente de Administração, Patrimônio e Cadastro: João Alves Moreira

Vice-presidente de Finanças: Luiz Mendes Bezerra

Vice-presidente de Planejamento e controle Orçamentário: Eucélia Maria Agrizzi Mergar

Vice-presidência de Comunicação Social: Ovídio Palmeira Filho

Vice-presidente de Relações Públicas: Maruchia Mialik

Vice-presidente de Assuntos Parlamentares: Rodrigo da Costa Possas

Vice-presidente de Tecnologia da Informação: Maria Bernadete Sampaio Bello





II CONVENÇÃO NACIONAL EXTRAORDINÁRIA

2010



UMA CONVENÇÃO PARA A POSTERIDADE

**DECISÃO HISTÓRICA, DEPOIS
DE INTENSOS DEBATES, INSTITUIU AS
ELEIÇÕES DIRETAS A PARTIR DE 2013**

A II Convenção Nacional Extraordinária da ANFIP, realizada em Brasília, nos dias 20 e 21 de agosto, aprovou logo no primeiro dia de votações uma medida histórica – a instituição de eleições diretas, a partir de 2013, para a composição do Conselho Executivo, do Conselho Fiscal e para a Presidência da Entidade.

A inovação quebra um paradigma de 60 anos – desde a fundação da ANFIP –, e a forma como a proposta foi votada e aprovada demonstrou grande maturidade por parte dos convencionais, que chegaram ao consenso após amplo debate do tema. A nova modalidade de votação foi também item de recente pesquisa feita entre os associados, que, em sua grande maioria, se manifestaram a favor das eleições diretas.

Os convencionais decidiram também que haveria um período de transição para a nova modalidade.

A eleição direta entrou em vigor, em sua plenitude, somente em 2013, mas em 2011 o processo de votação já foi diferente, com a eleição do presidente da ANFIP e do Conselho Fiscal diretamente pelos convencionais. Pelo sistema que vigorava até então, o presidente da ANFIP era escolhido pelo Conselho Executivo eleito na própria

Convenção, ou seja, por um colegiado menor do que aquele constituído pela totalidade dos convencionais, que representam todos os Associados.

Nas palavras do ex-presidente Pedro Dittrich Júnior, “a Convenção aprovou uma decisão das mais importantes na história da ANFIP, e a proposta foi também um marco por ter sido aprovada pela unanimidade dos convencionais presentes”.

Processo construído - Com a unificação das Receitas Previdenciária e Fazendária, em 2007, começou-se a exigir uma reflexão por parte de representados e de lideranças sindicais e associativas.

Dentro desse espírito, em maio de 2009 foi aprovada por unanimidade, pelo plenário da XXII Convenção Nacional da ANFIP, a Tese nº 8, de autoria do ex-presidente da ANFIP Floriano Martins de Sá Neto. A partir dessa tese, foi constituído Grupo de Trabalho/Equipe de Estudos para elaborar estudo abrangente de redefinição da atuação da ANFIP e das Estaduais, englobando novos modelos e estruturas estatutárias das representações associativas.

No elenco de proposições sobre eleições diretas havia também sugestões formais apresentadas por Margarida Lopes Araújo e outros e por Raul Chamadoiro Cabadas. Mas ainda havia a necessidade de construir o consenso.

O primeiro passo ocorreu com a reunião entre a coordenação do Grupo de Trabalho da Tese 8, Vilson Romero, e os autores das demais propostas sobre eleições diretas, Margarida Araújo e Raul Cabadas. Posteriormente, reuniram-se o coordenador do Conselho de Representantes e o do GT da Tese nº 8. Foi então produzida uma proposta de emenda



aglutinativa com eleições diretas por chapas, integradas por convencionais e outros associados que representassem no mínimo 20% de sua base, com participação de todas as regiões do País, para valer a partir da Convenção de 2013. Levada a plenário, a proposta foi aprovada por unanimidade.

CONSELHO FISCAL

Luiz Antonio Gitirana
Nilo Sérgio de Lima
Jonilson Carvalho de Oliveira



CONSELHO DE REPRESENTANTES

AC: Heliomar Lunz
AL: Francisco de Carvalho Melo
AP: Emir Cavalcanti Furtado
AM: Miguel Arcanjo Simas Novo
BA: Arnaldino Morais Pitta
CE: Noé de Freitas Júnior
DF: Floriano Martins de Sá Neto
ES: Rozinete Bissoli Guerini
GO: Carlos José de Castro
MA: Antonio de Jesus Oliveira Santana
MT: Manoel de Matos Ferraz
MS: Cássia Aparecida M. de A. Vedovatte
MG: Afonso Ligório de Faria
PA: Avelina Marinho de Oliveira
PB: Lucimar Ramos de Lima Ramalho
PR: Márcio Humberto Gheller
PE: Paulo Correia de Melo
PI: Lourival de Melo Lobo
RJ: Sérgio Wehbe Baptista
RN: Maria Aparecida Fernandes Paes Leme
RS: Marville Taffarel
RO: Eni Paizanti
RR: André Luiz Spagnuolo Andrade
SC: Pedro Dittrich
SP: Ariovaldo Cirelo
SE: Manoel Alves Gomes
TO: Marcio Rosal Bezerra Barros



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Jorge Cezar Costa

Vice-presidente Executiva: Eucélia Maria Agrizzi Mergár

Vice-presidente de Assuntos Fiscais: José Roberto Pimentel Teixeira

Vice-presidente de Política de Classe: Maria do Carmo Costa Pimentel

Vice-presidente de Política Salarial: Maria Bernadete Sampaio Bello

Vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social: Floriano José Martins

Vice-presidente de Aposentadorias e Pensões: José Avelino da Silva Neto

Vice-presidente de Cultura Profissional e Relações Interassociativas: Ana Mickelina Barbosa Carreira

Vice-presidente de Serviços Assistenciais: Antônio Silvano Alencar de Almeida

Vice-presidente de Assuntos Jurídicos: Manoel Eliseu de Almeida

Vice-presidente de Administração, Patrimônio e Cadastro: João Alves Moreira

Vice-presidente de Finanças: Luiz Mendes Bezerra

Vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário: Ademar Borges

Vice-presidente de Comunicação Social: Rosana Escudero de Almeida

Vice-presidente de Relações Públicas: Maria Inez Rezende dos Santos Maranhão

Vice-presidente de Assuntos Parlamentares: Assunta Di Dea Bergamasco

Vice-presidente de Tecnologia da Informação: Fábio Galizia Ribeiro de Campos

Vice-presidente de Estudos de Assuntos Tributários: Décio Bruno Lopes





III CONVENÇÃO NACIONAL EXTRAORDINÁRIA

2012



ENTIDADE AVANÇA NA ORGANIZAÇÃO DE ELEIÇÃO DIRETA

TERCEIRA CNE FOI TÉCNICA E PREPAROU ANFIP PARA PRIMEIRO PLEITO COM VOTO DIRETO DE SUA HISTÓRIA

Convocada para discutir mudanças em pontos específicos do Estatuto da ANFIP, definidos no Edital de Convocação, como o regulamento para a eleição direta dos conselheiros da Entidade a partir de 2013 e a adesão e/ou incorporação das Associações Estaduais à ANFIP, foi realizada em Brasília (DF), nos dias 26 e 27

de abril de 2012, a III Convenção Nacional Extraordinária (CNE).

O presidente do Conselho Executivo da ANFIP, Álvaro Sólton de França, agradeceu a participação dos convenionais e dos que atuaram na condução dos trabalhos, expressando profunda convicção de que a Entidade sairia fortalecida da Convenção e preparada para as eleições diretas em 2013. “As eleições diretas são necessárias para a oxigenação da Entidade, para que ela viva mais 62 anos”, completou.

O coordenador do Conselho de Representantes, Pedro Dittrich Júnior, também ressaltou a importância da Convenção para o momento que viria. “A Convenção Extraordinária é muito técnica, e a Entidade sai preparada para uma eleição limpa, transparente, correta e com direitos iguais para todos”, afirmou.

Outro ponto de destaque da III CNE foi o lançamento, pelo convencional do Rio Grande do Sul Luiz Carlos Corrêa Braga, do livro “Nossa História – o sindicalismo dos Auditores-Fiscais da Previdência Social do Chuí ao Oiapoque”. A narrativa aborda o período de 20 anos do movimento sindical dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias, que, só a partir da Constituição de 1988, lograram o direito de unirem-se em entidades sindicais.



CONSELHO FISCAL

Nilo Sérgio de Lima
Jonilson Carvalho de Oliveira
Luiz Carlos Corrêa Braga

**CONSELHO DE REPRESENTANTES**

AC: Heliomar Lunz
AL: André Vilaça dos Santos
AP: Emir Cavalcanti Furtado
AM: Gilson Rodrigues de Souza
BA: Raimundo João Duailibe
CE: Givanildo Aquino da Silva
DF: Floriano Martins de Sá Neto
ES: Rozinete Bissolli Guerini
GO: Carlos José de Castro
MA: Antonio de Jesus Oliveira de Santana
MT: Wilza do Carmo Pereira
MS: Vanderlei Veiga Tessari
MG: Afonso Ligório de Faria
PA: Avelina Marinho de Oliveira
PB: Lucimar Ramos de Lima Ramalho
PR: Ademar Borges
PE: Luiz Mendes Bezerra
PI: Lourival de Melo Lobo
RJ: João Barros Padilha
RN: Maria Aparecida Fernandes Paes Leme
RS: Marville Taffarel
RO: Eni Ferreira de Laia Paizanti
RR: Wilmar Ferreira Resende
SC: Pedro Dittrich Júnior
SP: Margarida Lopes de Araújo
SE: Jorge Lourenço Barros
TO: José Carlos Rego Morais



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Álvaro Sólon de França

Vice-presidente Executivo: Floriano José Martins

Vice-presidente de Assuntos Fiscais: José Roberto Pimentel Teixeira

Vice-presidente de Política de Classe: Maria do Carmo Costa Pimentel

Vice-presidente de Política Salarial: Benedito Leite Sobrinho

Vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social: Roswílcio José Moreira Góes

Vice-presidente de Aposentadorias e Pensões: Léa Pereira de Matos

Vice-presidente de Cultura Profissional e Relações Interassociativas: Ana Mickelina Barbosa Carreira

Vice-presidente de Serviços Assistenciais: Eucélia Maria Agrizzi Mergár

Vice-presidente de Assuntos Jurídicos: Márcio Humberto Gheller

Vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários: Miguel Arcanjo Simas Novo

Vice-presidente de Administração, Patrimônio e Cadastro: Rosana Escudero de Almeida

Vice-presidente de Finanças: Josemar Cecatto Santos

Vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário: José Tibúrcio Tabosa

Vice-presidente de Comunicação Social: Jeziel Tadeu Fior

Vice-presidente de Relações Públicas: João Laércio Gagliardi Fernandes

Vice-presidente de Assuntos Parlamentares: Jorge Cezar Costa

Vice-presidente de Tecnologia da Informação: Marcos Rogério Alves Ribeiro





IV CONVENÇÃO NACIONAL EXTRAORDINÁRIA

www.anf

2014



CONVENÇÃO EXTRAORDINÁRIA VOTA ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

DENTRE AS DECISÕES TOMADAS PELOS CONVENCIONAIS ESTÁ A REALIZAÇÃO, SOMENTE EM BRASÍLIA, DAS CONVENÇÕES NACIONAIS DA ANFIP

A ANFIP realizou, nos dias 19 e 20 de setembro de 2014, em Brasília, a IV Convenção Nacional Extraordinária. A reunião foi convocada especialmente para a análise das propostas de alteração estatutária.

Entre as sugestões, as com maior repercussão foram: ampliar de dois para três anos o mandato dos conselhos Executivo e Fiscal, que foi rejeitada; aumentar o número de convencionais, também rejeitada; e a mudança da sede das Convenções Nacionais para Brasília, aprovada pelos convencionais. Assim, a partir de 2017 as Convenções Nacionais da ANFIP, realizadas nos anos ímpares, serão sempre em Brasília. A última convenção fora de Brasília aconteceu em maio de 2015, em Maceió (AL). Já os Encontros Nacionais, realizados nos anos pares, continuam itinerantes e podem acontecer em todo o Brasil.

O plenário, que contou com 147 participantes, incluindo 89 convencionais, participou ativamente dos debates, palestras e votações, resultado de um processo democrático de tomada de decisões com o objetivo de melhorar ainda mais os trabalhos da Entidade. Das 49 propostas

apresentadas, contendo 147 sugestões de alterações estatutárias, o resultado foi o seguinte: 84 aprovadas; 11 rejeitadas; 26 prejudicadas; 26 retiradas.

O evento foi aberto com um minuto de silêncio em homenagem aos ex-presidentes da ANFIP Gilberto Nobre Cavalcante, falecido no dia 18 de setembro de 2014, e Sílvio José Andriotti, falecido em dezembro de 2013, que participaram ativamente da história de lutas da ANFIP.

Um dos pontos altos da reunião foi o anúncio de que o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, colocaria a PEC 555/2006 (extinção da contribuição previdenciária dos aposentados) na pauta de votações da Casa. “Estamos com uma grande mobilização do UNA-SE [Movimento Unificado dos Idosos, dos Aposentados e Pensionistas do Serviço Público e do INSS] no Rio Grande do Norte, e o nosso colega Floriano Martins de Sá Neto e o senador Paulo Paim acabam de me ligar para dizer que o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, se comprometeu, assinando carta de compromisso e perante mais de mil pessoas, a colocar a PEC 555 em votação, além da PEC 170 [integralidade para a aposentadoria dos servidores por invalidez] e também o PL 4.434/08 [correção dos valores das aposentadorias do INSS]”, anunciou Margarida Lopes.

Segundo a informação anunciada durante a Convenção, Henrique Alves se comprometia a levar os três assuntos para discussão no colégio de líderes e posterior votação no Plenário. De acordo com o próprio Alves, ele já não suportava mais a pressão do governo contra as matérias e ele desejava sair da Presidência da Câmara de cabeça erguida. O deputado teria afirmado ainda que não seria culpado pelo engavetamento dos projetos em benefício dos aposentados brasileiros.



CONSELHO FISCAL

Carlos Roberto Bispo
 Rita de Cássia Cavalcante
 Rosana Escudero de Almeida



CONSELHO DE REPRESENTANTES

AC: Heliomar Lunz
AL: André Vilaça dos Santos
AM: Miguel Arcanjo Simas Nôvo
BA: Luiz Antonio Gitirana
CE: Givanildo Aquino da Silva
DF: Léa Pereira de Mattos
ES: José Geraldo de Oliveira Ferraz
GO: Crésio Pereira de Freitas
MA: Maria de Fátima Moraes dos Santos
MG: Afonso Ligório de Faria
MS: Isabel Nascimento Elias Pereira
PA: Albenize Gatto Cerqueira
PB: Dijanete de Souza Lima
PE: Luiz Mendes Bezerra
PI: Osmar Escorcio de Carvalho
PR: Ademar Borges
RJ: Maria Ana da Silva
RN: Jonilson Carvalho de Oliveira
RO: Eni Paizanti de Laia
RR: André Luiz Spagnuolo Andrade
RS: Tânia Maria Faria Garcia
SC: Floriano José Martins
SE: Jorge Lourenço Barros
SP: Walter Moraes Gallo
TO: José Carlos Rego Morais



CONSELHO EXECUTIVO

Presidente: Margarida Lopes de Araújo
Vice-presidente Executivo: Vilson Antonio Romero
Vice-presidente de Assuntos Fiscais: Vanderley José Maçaneiro
Vice-presidente de Política de Classe: Jorge Cezar Costa
Vice-presidente de Política Salarial: João Laércio Gagliardi Fernandes
Vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social: Tereza Liduína Santiago Félix
Vice-presidente de Aposentadorias e Pensões: Misma Rosa Suhett
Vice-presidente de Cultura Profissional e Relações Interassociativas: Maruchia Mialik
Vice-presidente de Serviços Assistenciais: José de Carvalho Filho
Vice-presidente de Assuntos Jurídicos: Renato Albano Junior
Vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários: Marluce do Socorro da Silva Soares
Vice-presidente de Administração, Patrimônio e Cadastro: Carlos José de Castro
Vice-presidente de Finanças: João Alves Moreira
Vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário: Dulce Wilennbring de Lima
Vice-presidente de Comunicação Social: Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade
Vice-presidente de Assuntos Parlamentares: Floriano Martins de Sá Neto
Vice-presidente de Relações Públicas: Maria Aparecida Fernandes Paes Leme
Vice-presidente de Tecnologia da Informação: Roswílcio Jose Moreira Góes





www.anfip.org.br